

# Câmara Municipal de Pontal do Paraná

Mensagem Nº: 034/13

Processo: 614/13

Ante Projeto: Nº 058/13

Decreto: \_\_\_\_\_

Resolução: \_\_\_\_\_

Emenda:

Dispõe sobre as Distribuições Verge-  
mentárias para o Exercício Financeiro  
de 2014 e das outras providências.

Iniciativa do: Poder Executivo

Apresentado em: 29/05/13

## COMISSÕES TÉCNICAS

LEGISLAÇÃO J.R. \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

FINANÇAS O.F. \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

URBANISMO I.M. \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

EDUC. C.S.A.T.M.A. \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBS.: \_\_\_\_\_

04/06 - Publica

Extracardinalia 5/6

- Comissão Financeira - Publica o

Processo - 11/6.

ENCAMINHADA E LIDA NA SESSÃO DO DIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO A EMENDA EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

EM 1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Ofício nº. 300/2013 - GAB

Pontal do Paraná, 29 de maio de 2013.

**Assunto: Encaminha Mensagem n.º 037/2013**

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ  
**PROTOCOLO**

Processo nº 614/13

Data 29.05.13

Hora 14:19

Ass: Elisiane

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

Conforme preceitua o **Artigo 67, inciso XI, da Lei Orgânica do Município**, vimos através deste, respeitosamente, solicitar que seja apreciada, por essa Casa Legislativa, a **Mensagem n.º 037/2013**, acompanhada do Projeto de Lei que **"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2014 e dá outras providências"**.

Aproveitamos a oportunidade para externar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

**EDGAR ROSSI**  
**PREFEITO**

Excelentíssimo Senhor  
**CARLOS ROBERTO DA SILVA**  
Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**MENSAGEM Nº 037/2013**

**Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores:**

Em atenção ao disposto no Artigo 14, inciso I, da Lei Orgânica do Município, segue à apreciação dessa Colenda Câmara Municipal projeto de lei que **"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2014 e dá outras providências"**.

O presente projeto de lei foi elaborado em consonância com as determinações da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal e das leis que disciplinam a matéria, em especial da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e da Lei Federal nº 4.320/64 e determinações do Egrégio Tribunal de Contas do Paraná.

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014 compreende: as prioridades e metas da Administração Pública municipal, as metas e os riscos fiscais, a organização e a estrutura dos orçamentos, diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações, disposições relativas à dívida pública municipal e às despesas do Município com pessoal e encargos sociais, e disposições sobre a receita própria municipal e alterações na legislação tributária.

Diante do exposto, e certos da importância do projeto de lei ora encaminhado, solicitamos que seja apreciado por essa Casa Legislativa, conforme prevê o Artigo 14, inciso I, da Lei Orgânica do Município, e, na oportunidade, reiteramos nossos protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

  
**EDGAR ROSSI**  
**PREFEITO**





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Ficam estabelecidas, em cumprimento aos dispositivos da Constituição Federal, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, e da Lei Orgânica do Município, as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, para o exercício de 2014, compreendendo:

- I - as prioridades, metas e despesa de capital da Administração Pública Municipal;
- II - as metas e os riscos fiscais;
- III - a organização e a estrutura dos orçamentos;
- IV - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- V - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VII - as disposições sobre a receita própria municipal e alterações na legislação tributária;
- VIII - as disposições gerais.

**CAPÍTULO II**  
**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Art. 2º.** Em consonância com os princípios e determinações específicas da Constituição Federal, da Constituição do Estado do Paraná, da Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e, em especial, da Lei



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ GABINETE DO PREFEITO

Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, as metas e prioridades para o exercício de 2014 são as especificadas em anexo, que integra esta Lei.

§ 1º As metas e prioridades, constantes do Anexo I, terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária do exercício de 2014, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º O Poder Executivo identificará, no projeto de lei orçamentária anual, por intermédio de projetos e de atividades, a programação que contemple as prioridades das metas para 2014.

### CAPÍTULO III DAS METAS E DOS RISCOS FISCAIS

**Art. 3º.** As metas, as avaliações, os demonstrativos e os riscos fiscais estão definidos em anexos, que integram esta Lei.

### CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

**Art. 4º.** Para a finalidade da Organização e Estrutura dos Orçamentos, entende-se por:

I – função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

II – subfunção, uma partição da função visando agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;

III – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

IV – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ GABINETE DO PREFEITO

VI – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade e cada projeto identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades ou projetos, e respectivos subtítulos com a indicação de suas fontes de recursos.

**Art. 5º.** A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, e da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, respeitadas as instruções normativas e as orientações de natureza técnica pertinentes, tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão da estimativa da receita:

I – fornecida pelos órgãos competentes quanto às transferências legais da União e do Estado;

II – projetada, no concernente aos tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a ser realizadas, considerando-se os efeitos de alterações na legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante.

§ 1º Não será admitida reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, salvo erro ou omissão de ordem técnica e legal.

§ 2º As operações de crédito previstas não poderão superar o valor das despesas de capital constantes da proposta orçamentária.

**Art. 6º.** O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores de Pontal do Paraná, conforme estabelecido na Lei Orgânica Municipal, para caracterizar a respectiva lei, será constituído de:

I – mensagem de lei;

II – texto da lei;



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

III – quadros orçamentários consolidados, demonstrativos e anexos da receita e da despesa, estabelecidos pela Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000;

IV – anexos de investimentos, riscos e metas fiscais.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual – PPA, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos, bem como atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas de caráter continuado.

**Art. 7º.** Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

**Art. 8º.** Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e máximos:

I – as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos consoante o disposto no artigo 212 da Constituição Federal e Lei Federal nº. 9.424/96;

II – as despesas com saúde não serão inferiores a 15% (quinze por cento) em ações e serviços públicos de saúde, conforme dispõe no inciso III, do artigo 7º, definido na Emenda Constitucional nº 29/2000;

III – as despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal incluindo a remuneração de agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida;

IV – as despesas com pessoal do Poder Legislativo Municipal inclusive a remuneração dos agentes políticos, encargos patronais, proventos de inatividade e pensões não será superior a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável, nos termos da Emenda Constitucional nº 25/00;

V – a despesa total do Poder Legislativo será fixada em conformidade com o disposto no artigo 29-A da Constituição Federal;

VI – as despesas com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público, conforme disposto na Emenda Constitucional nº. 53/07 e respeitadas as Leis Federais nº.s 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.424, de 24 de dezembro de 1996, não serão inferiores a 60% (sessenta por cento) do total dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ GABINETE DO PREFEITO

V – As despesas com atividades e projetos ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, receberão no mínimo 2% (dois por cento) da receita proveniente das Transferências do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) ao Município de Pontal do Paraná no Exercício de 2014.

VII – O Município além das medidas acima adotará políticas para cumprimento dos Objetivos do Milênio.

**Art. 9º.** A reserva de contingência não será inferior a 1% (um por cento) do total da receita corrente líquida prevista e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

### CAPÍTULO V DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

**Art. 10.** Para elaboração do orçamento do Município para o exercício de 2014, deverão ser observadas as diretrizes gerais de que trata este capítulo, os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei Orgânica do Município.

**Art. 11.** O projeto de lei orçamentária do Município de Pontal do Paraná para o exercício financeiro de 2014 deve assegurar a transparência, o controle e a responsabilidade para a execução do que for aprovado.

Parágrafo único. Para os fins previstos no *caput* deste artigo, considera-se como:

I – princípio da transparência, o que compreenda, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento;

II – princípio do controle administrativo, a existência de amplo e fácil controle interno e externo das atividades;

III – princípio da responsabilidade, a observação das normas vigentes e a busca do cumprimento das metas estabelecidas.

**Art. 12.** Será estimulada e assegurada aos munícipes de Pontal do Paraná a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimento de interesse local, mediante regular processo de consulta, viabilizada nas audiências públicas e itinerantes promovidas pelo Governo Municipal.





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 13.** O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município e o respeito aos limites fixados pela Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, procederão à seleção das prioridades estabelecidas no Anexo I desta Lei a ser incluídas na proposta orçamentária de 2014, podendo, se necessário, incluir programas e projetos para ações não relacionadas, desde que financiados com recursos provenientes do excesso da arrecadação própria municipal, oriundos de outras esferas de Governo, ou do cancelamento de programas e projetos por prioridades justificadas.

**Art. 14.** Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas, as metas de receita e de despesas, estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, assegurando o equilíbrio entre receitas e despesas.

**Art. 15.** Para a elaboração do projeto de lei orçamentária, serão consideradas como unidades orçamentárias as que integram a estrutura administrativa existente ou suas alterações.

**Art. 16.** Desde que fundamentadas em dispositivos legais e pertinentes, poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou com dispositivos do texto do projeto de lei.

**Art. 17.** As emendas apresentadas pelo Poder Legislativo, que resultem em alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, serão apresentadas na forma e no nível de detalhamento estabelecido para a elaboração da lei orçamentária, respeitando o equilíbrio, as metas e justificando a prioridade.

**Art. 18.** As emendas ao projeto de lei orçamentária anual somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com esta Lei;

II – indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre dotações de pessoal e seus encargos, serviço da dívida e recursos transferidos por outras esferas de governo, das estabelecidas na função Educação e Saúde.

**Art. 19.** A proposta orçamentária do Poder Legislativo Municipal, elaborada em conformidade com esta Lei, deverá ser encaminhada ao Poder Executivo Municipal, impreterivelmente, até o dia 31 de agosto de 2013, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2014.

**Art. 20.** A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2014 será encaminhada para apreciação e aprovação do Poder Legislativo até o dia 30 de setembro de 2013.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ

### GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único. A proposta orçamentária deverá ter a estrutura de codificação de suas receitas e despesas de acordo com a padronização estabelecida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**Art. 21.** O orçamento municipal compreenderá as receitas e as despesas do Poder Executivo, do Poder Legislativo, das entidades da Administração Indireta e dos Fundos instituídos e mantidos pela Administração Pública, de modo a evidenciar a política e o programa de governo, obedecidos na sua elaboração os princípios da anualidade, da unidade, da universalidade, do equilíbrio, da exclusividade e da razoabilidade.

**Art. 22.** Na lei orçamentária a discriminação das despesas quanto à sua natureza far-se-á por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, fonte de recurso e elemento de despesa, sendo que o controle por sub-elemento de despesa será efetuado no ato da realização do empenho, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Será permitida a elaboração do orçamento em nível de modalidade de aplicação no caso de tal procedimento ser legalmente permitido no momento da remessa da proposta orçamentária.

**Art. 23.** A lei orçamentária anual incluirá os seguintes demonstrativos:

- I – da receita, que obedecerá a legislação pertinente;
- II – da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;
- III – do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;
- IV – outros anexos previstos em lei, relativos à consolidação dos já mencionados anteriormente.

**Art. 24.** Se o projeto de lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2014 não for sancionado ou promulgado até o primeiro dia de janeiro do ano 2014, o Poder Executivo poderá executar a programação constante no Projeto de Lei Orçamentária de 2014, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, enquanto não se completar o ato sanção e promulgação.

**Art. 25.** Tendo por base o limite determinado pelo artigo 29-A, § 2º, da Constituição Federal, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo ser-lhe-ão repassados pelo Poder Executivo até o dia 20 (vinte) de cada mês, em conformidade com Cronograma de Desembolso aprovado.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ

### GABINETE DO PREFEITO

**Art. 26.** As despesas com o pagamento de precatórios judiciais, amortização da dívida consolidada, juros e encargos correrão à conta de dotações tecnicamente consignadas para esta finalidade, separando-se, para fins de inclusão no orçamento, as pertencentes ao Poder Executivo daquelas que são da responsabilidade do Poder Legislativo.

Parágrafo único. As dotações orçamentárias destinadas e aprovadas para precatórios judiciais, amortização da dívida consolidada, juros e encargos não poderão ser canceladas para abertura de crédito adicional com outra finalidade.

**Art. 27.** O Poder Executivo fica autorizado a repassar recursos pela concessão de Contribuições e Auxílios às entidades privadas sem fins lucrativos, conforme determinam o art. 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e a exigência do art. 26, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e a Resolução TCE/PR nº 28/2011 as quais regulamentam a concessão de contribuições e auxílios.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar:

- I – declaração de funcionamento regular no último ano;
- II – comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria;
- III – cópia do ato de declaração de utilidade pública municipal;
- IV – comprovação de formação da Unidade de Gestão de Transferências Voluntárias – UGT da entidade, conforme Resolução TCE/PR nº 28/11;e
- V – apresentação da certidão liberatória do TCE/PR e do Município de Pontal do Paraná.
- VI – Plano de Trabalho do Programa ou Projeto de Execução, com responsável técnico ou coordenador.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Órgão concedente e suas Unidades de Gestão de Transferências, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, conforme Plano de Trabalho Aprovado.

**Art. 28.** O Poder Executivo Municipal, observado o contido no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 29, desta Lei, incluirá no projeto de lei orçamentária as devidas alterações a ser processadas por Lei ou Decreto, durante a execução do orçamento, respeitada a tipicidade do procedimento e, quando for o caso, a fixação de limites percentuais em relação ao total da despesa autorizada.





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 29.** Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a abrir no curso da execução orçamentária de 2014, créditos adicionais suplementares até o limite de 35% (trinta e cinco por cento), da despesa fixada no orçamento/2014;

**Art.30.** Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – incluir, nos elementos de despesas constantes da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2014, os recursos do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, de acordo com os saldos verificados em cada fonte, especificando o grupo de fontes de recursos – ID de uso “3”, conforme o disposto no artigo 43, § 1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo por base o que consta da Portaria nº. 447, da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda, e da Instrução Técnica nº. 38/2005, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Os valores adicionados ao orçamento/2014, em conformidade com as disposições deste artigo não serão computado para fins de limites de que trata o artigo 29;

II – Realizar abertura de Créditos Adicionais Suplementares à conta do excesso de arrecadação, considerando ainda a tendência do exercício, segundo as fontes de recursos, na forma do artigo 43 inciso I da Lei Federal nº. 4.320/64;

III – Fica o Poder Executivo autorizado a fazer transposição, remanejamento ou transferência de elementos e suplementos orçamentários nas mesmas ou entre unidades orçamentárias, como também, de atividades ou projetos da lei orçamentária vigente no exercício de 2014, como permite o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal;

IV – Os Créditos Adicionais Especiais autorizados nos últimos quatros meses do exercício de 2013, poderão ser reabertos no exercício de 2014, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, nos limites de seus saldos, conforme dispõe o inciso IX, § 2º, do artigo 167 da Constituição Federal.

V - A criar, alterar ou extinguir os códigos da destinação de recursos, composta por Identificador de Uso, Grupo de Destinação de Recursos e Fontes de Recursos, incluídos na Lei Orçamentária Anual para 2014 e em seus Créditos Adicionais.

VI - Incluir na Lei Orçamentária Anual para 2014, outras fontes de recursos para atender as suas peculiaridades.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, aplicam-se as seguintes definições:

I – remanejamento: modalidade de realocação de recursos em sede intra-organizacional, ou seja, de um órgão para outro nos casos de reestruturações administrativas;

II – reestruturação administrativa: reforma administrativa de que resulte criação, extinção, fusão ou cisão de órgãos na estrutura organizacional do Poder Executivo.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ GABINETE DO PREFEITO

III – transferência: modalidade de realocação de recursos que ocorre dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho;

IV – transposição: modalidade de realocação de recursos que ocorre no nível de programas de trabalho, dentro do mesmo órgão.

§ 2º O valor adicionado ao orçamento em conformidade com o inciso IV do *caput* deste artigo não será computado para fins dos limites de que trata o artigo 29.

**Art. 31.** No decorrer da execução orçamentária, os quantitativos orçamentários poderão ser atualizados mensalmente, por ato do Poder Executivo, tomando por base o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier substituí-lo.

Parágrafo único. No caso de extinção e sem substituição do índice expresso no *caput* deste artigo, o Poder Executivo adotará o índice que tiver base de cálculo mais próxima deste.

### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 32.** Respeitadas as prioridades e limites definidos pela Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e considerando-se a capacidade financeira do Município, serão consignadas na proposta orçamentária dotações destinadas à amortização da dívida pública municipal e ao pagamento dos correspondentes encargos.

Parágrafo único. Na lei orçamentária, no que se refere às responsabilidades do Poder Executivo e do Poder Legislativo, serão consignados os recursos destinados à amortização do principal da dívida contratual, dos encargos e serviços e para pagamento das despesas decorrentes de parcelamentos efetuados com a Previdência Social – INSS e Contratos de Financiamentos que ocorrerem.

**Art. 33.** O projeto de lei do orçamento anual poderá conter, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal.

**Art. 34.** A lei orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no artigo 38, da Lei Complementar nº. 101 de 4 de maio de 2000.

**Art. 35.** A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Planejamento, até 31 de julho, a relação dos débitos, constantes de precatórios





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ GABINETE DO PREFEITO

judiciais a ser incluídos na proposta orçamentária anual, conforme determina o artigo 100, § 1º, da Constituição Federal, discriminada por ordem de precedência e por natureza jurídica, informando as requisições de pagamento recebidas até a presente data a serem incluídas na LOA 2014:

- a) TJ Ação 2320/2007 – Of. Requerimento 299805/2007 – Requisição Pagamento 00257/2008 Data 26/05/2008.
- b) TJ Ação 224/2003 - Of. Requerimento 170162/2008 – Requisição Pagamento 00470/2008 Data 05/08/2008.
- c) TJ Ação 188/2003 - Of. Requerimento 0170163/2008 – Requisição Pagamento 00574/2008 Data 11/09/2008.
- d) TJ Ação 267/2003 - Of. Requerimento 0186165/2008 – Requisição Pagamento 00635/2008 Data 31/10/2008.
- e) TJ Ação 97/2000 - Of. Requerimento 0167290/2008 – Requisição Pagamento 00666/2008 Data 25/11/2008.
- f) TJ Ação 231/2003 - Of. Requerimento 170160/2008 – Requisição Pagamento 00021/2009 Data 07/01/2009.
- g) TJ Ação 348/2006 - Of. Requerimento 34701/2009 – Requisição Pagamento 000299/2009 Data 08/10/2009.
- h) TJ Ação 016/2005 - Of. Requerimento 10035/2009 – Requisição Pagamento 000481/2009 Data 04/12/2009.
- i) TJ Ação 0352/2005 - Of. Requerimento 18458/2009 – Requisição Pagamento 00000124/2010 Data 08/07/2010.
- j) TJ Ação 0235/2002 - Of. Requerimento 9002/2009 – Requisição Pagamento 00000124/2010 Data 08/07/2010.
- k) TJ 000732-93.2006.8.16.0116 – Of. Requerimento 900366/2012 - Requisição Pagamento 0086/2013 Data 16/04/2013.
- l) TRT9 Autos 01329-2005-322-09-00-3/2011 – Cronologia 20/06/2011.
- m) TRT9 Autos 00486-2002-322-09-00-9 – Cronologia 06/03/2012.

### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

**Art. 36.** As despesas com pessoal e encargos sociais do Município ficam limitadas aos percentuais da receita corrente líquida, atendendo ao disposto na Constituição Federal, na Emenda Constitucional nº. 19/98 e, principalmente, ao que consta dos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 37.** Observado o que dispõe a Constituição Federal e o limite estabelecido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, será admitida a instituição, a

16





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ GABINETE DO PREFEITO

concessão e o aumento de qualquer vantagem pecuniária ou remuneração, aprovados por lei municipal específica.

**Art. 38.** Ficam os Poderes Executivo e Legislativo Municipal autorizado a proceder ao preenchimento das vagas existentes em seus respectivos quadros de servidores públicos municipais, inclusive as ocasionada por demissões, aposentadorias, morte e invalidez permanente.

Parágrafo único. Para cumprimento deste artigo, o Poder Executivo e Legislativo Municipal fica autorizado a realizarem, se forem o caso, concursos públicos para as admissões do pessoal necessário.

**Art. 39.** Ficam os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, autorizados a procederem à reposição salarial dos servidores públicos do Município, tendo por base, à variação do INPC ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, desde que sejam atendidas as condições previstas pelos artigos 8º e 36 desta Lei e demonstrada a existência de disponibilidade financeira para tanto e respeitados os limites da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 40.** Objetivando evitar a paralisação de serviços essenciais à comunidade, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, quando for o caso, à contratação temporária, nos termos do disposto no inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal, de servidores destinados às áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

### CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA PRÓPRIA MUNICIPAL E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 41.** As receitas próprias municipais terão suas fontes e valores revisados e atualizados, considerando-se os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar sua produtividade e rendimento.

Parágrafo único. Objetivando ajustar, atualizar e melhorar a receita própria municipal será adotado os seguintes procedimentos:

I – revisão dos cadastros fiscais do Município e sua modernização visando à atualização e à expansão do número de contribuintes bem como a exclusão de cadastro de lançamento de áreas pertencentes a órgão governamentais, entidades e área de preservação ambiental, de acordo com a legislação pertinente;

II – revisão da Legislação Tributária de forma a instituir maior justiça fiscal e permitir o atendimento das demandas da sociedade;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ GABINETE DO PREFEITO

III – revisão das isenções e de outros benefícios fiscais, visando ao integral respeito, principalmente, aos princípios constitucionais da igualdade, do tratamento isonômico, da justiça fiscal e às determinações da legislação federal complementar;

IV – cobrança dos débitos inscritos ou não em dívida ativa;

V – Quanto à renúncia, o Município observará o contido no artigo 14, da Lei Complementar 101/2000, evitando a concessão de anistia, remissão e isenção, que possam influenciar o desempenho de arrecadação do Município;

VI – A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício, de natureza tributária ou financeira, somente poderá ser aprovada, caso indique a estimativa de renúncia de receita e as despesas em idêntico valor, que serão anulados, inclusive as transferências e vinculações constitucionais.

**Art. 42.** O montante previsto para as receitas de operações de crédito se for o caso, não poderá ser superior ao das despesas de capital constante do projeto de lei orçamentária.

**Art. 43.** A modificação da estimativa da receita constante da proposta orçamentária, por parte do Poder Legislativo Municipal, só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

### CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 44.** O Poder Executivo Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2014, por Decreto, deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do disposto no artigo 8º e 13 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 45.** Ocorrendo a necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para atingir o equilíbrio entre receita e despesa, serão fixados separadamente percentuais de limitação para o conjunto de projeto e de atividades, sendo calculada de forma proporcional à participação dos Poderes Executivo e Legislativo em cada um dos conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 1º O Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo Municipal o montante que deverá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, acompanhado da memória de cálculo, dos parâmetros e da justificativa do ato.

§ 2º O Poder Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes, calculados na forma do *caput* deste





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ GABINETE DO PREFEITO

artigo, que ficarão indisponíveis nas respectivas dotações para fins de empenho e de movimentação financeira.

**Art. 46.** Entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, do artigo 16, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II, do artigo 24, da Lei Federal nº. 8.666/93.

**Art. 47.** São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**Art. 48.** A lei orçamentária estabelecerá autorização ao Poder Executivo para, sendo o caso, firmar contratos de gestão, celebrar acordos com as Organizações Não Governamentais e convênios com outras entidades sem fins lucrativas legalmente instituídas.

**Art. 49.** Respeitada a finalidade de execução conjunta dos programas de trabalho que beneficiem a população de Pontal do Paraná, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a firmar convênios, contratos de repasse, termo de adesão, acordos e ajustes, no sentido de contribuir, por intermédio de dotações a ser consignadas e classificadas no orçamento anual como "contribuições", "subvenções" e "auxílios", para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação ou de seu orçamento, seus fundos e órgãos.

**Art. 50.** É vedada a inclusão, na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e de subvenção social para entidades privadas com fins lucrativos.

**Art. 51.** Fica vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, da concessão de auxílio ou subvenção social às associações, clubes ou sindicatos de servidores.

**Art. 52.** A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerá, preferencialmente, aos critérios estabelecidos pelos programas sociais do Governo Federal que originam os recursos a ser aplicados, e, no caso de recursos próprios do Município, será precedida da comprovação do estado de necessidade dos beneficiados.

§ 1º Serão consideradas como carentes pessoas cuja renda *per capita* mensal não ultrapasse, na média dos últimos 12 (doze) meses, o valor correspondente a 05 (cinco) UFM – Unidade Fiscal do Município por indivíduo que compõe a família.

§ 2º Independência de comprovação de renda a concessão de auxílios em casos de emergência ou calamidade públicos assim declarados por ato do Chefe do Poder Executivo e ratificados pelo Governo do Estado do Paraná.





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 53.** Os valores das metas fiscais em anexo devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2014.

**Art. 54.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 29 de maio de 2013.

**EDGAR ROSSI**  
Prefeito

**LEANDRO FRANCISCO TROG**  
Secretário Municipal de Planejamento

**CRISTIAN LUIZ MORAES**  
Procurador Geral

Programas/atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo



MUNICÍPIO DE	FUNÇÃO	ALTERAÇÃO PONTAL DO PARANÁ	EXCLUSÃO	INCLUSÃO
Função 01 - Legislação		FISCALIZAÇÃO E AÇÃO LEGISLATIVA Legislativa	031 - Ação	
ORÇAMENTOS RESPONSÁVEL		01 - PODER LEGISLATIVO		
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL		01.01 - CÂMARA DE VEREADORES		
OBJETIVO		Executar e manter as funções legislativas, fiscalizadoras, administrativas, jurídicas e de assessoramento		
PROGRAMAS/ATIVIDADES		Mantimento da Câmara de Vereadores do Portal do Paraná e da Ação Legislativa		
INDICADORES				
METAS	1	VALOR GLOBAL		
INDICADORES	social população		2014 2.400.104,00	

75m

Programas/Atividades e Projetos e Investimentos por Órgão de Governo									
N.º MUNICÍPIO DE	INICIAL	ALTERAÇÃO		EXCLUSÃO	INCLUSÃO				
		PORTAL DO PARANÁ							
FUNÇÃO 04 - Administração									
CÓDIGO									
AÇÕES DO PODER EXECUTIVO - 02 - Administração Geral - 134 - Controle Interno									
02 - PODER EXECUTIVO									
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL									
02 01 - GABINETE PODER EXECUTIVO									
Manutenção e Ações do Poder Executivo - POLÍTICAS PÚBLICAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL									
OBJETIVOS									
Ações Merceú político-administrativa pertinentes à Administração Municipal, aquisição bens, produtos e serviços, Padronização do Sistema de Protocolo Público Criação de Rede Integrada Depto com o Cidadão - Convênios, auxílios e subvenções com instituições sem fins lucrativos Atendimento ao Público - cidadão e contribuinte Articulação Merceú e política com a Câmara Municipal, objetivando assegurar a consecução das metas da Administração Municipal e o atendimento às necessidades da comunidade Criação Gabinete Vice Prefeito - implantação e organograma Manutenção dos serviços públicos administrativos e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos do Poder Executivo - Estudos e projetos implantar sistema de internet gratuita à população									
MANUTENÇÃO PROGRAMAS/ATIVIDADES/INVESTIMENTOS:									
PROJETOS									
Aquisição de veículos									
R\$ 25.000,00									
01 und									
VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS									
2014									
152.884,00									
VALOR GLOBAL PROJETOS									
2014									
25.000,00									

7

5m

2014



Programas/Atividades e Projetos e Investimentos por órgão do Governo					
X	MUNICÍPIO DE	INICIAL	ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO	INCLUSÃO
			PORTAL DO PARANÁ		
			ADMINISTRAÇÃO GERAL 122 - Administração Geral 126 - Tecnologia da Informação 128 - Formação de Recursos Humanos 130 - Administração de Condições		
			03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
			03.01 - DIRETORIA GERAL		
			MANUTENÇÃO AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO - POLÍTICAS PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO - Prestação de Serviços Administrativos		
			Realizar a Associação de Servidores Criar o Fundo Previdenciário Plano de Saúde para os servidores Assistência ao servidor Regime próprio de previdência Realização de concursos públicos Contratação de servidores em regimes diversos Capacitação de Recursos Humanos Contratação de Consultoria Criação do Programa de Saúde do Trabalhador Criação do Fundo de Previdência Próprio Capacitação de servidores Realização de Concursos Públicos, contratações temporárias e testes seletivos Reformular o plano de cargos e salários Treinamento, capacitação e formação de servidores - Parcerias a contratos instituições educacionais Promoção à saúde do servidor Leilão de materiais Leilões públicos Sistema Gerenciamento Patrimonial Sistema de gerenciamento de Recursos Humanos Sistema de gerenciamento alimentado, compras e contratos de estoque Criação da CPA Aperfeiçoamento e Implantação Portal da Transparência Comissões, auxílios e subvenções com instituições sem fins lucrativos Desenvolvimento de Políticas Públicas de Administração Geral, aplicação produtos e serviços Contratações temporárias credenciadas de prestadores de serviços de pessoa física e jurídica Manutenção dos serviços públicos administrativos e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos da administração pública		Implantação e desenvolvimento do Plano de Informática e do Centro de Processamento de Dados do Município Fortalecer o quadro de pessoal de TI Promover a segurança na tecnologia da informação Definir e formalizar processo de desenvolvimento de software Adquirir e infra-estrutura de rede e de dados Adquirir solução Wireless em toda estrutura Estimular a utilização de software público Criação e divulgação de arquivo público da legislação municipal - site oficial do Município Rede de fibra óptica integração Modernização do portal eletrônico Implementar programada informatização Aplicação da conexão da internet Atualização tecnológica dos equipamentos Sistema de gerenciamento de saúde Criação de Sistema de controle de estoque, compras e distribuição Aquisição de equipamentos e mobiliários, bens, produtos e serviços Parcerias Pública/Privada - Condições - captação de recursos para projetos
			MANUTENÇÃO PROGRAMÁTICA/INVESTIMENTOS		
			Implantação Internet Gratuita no Município -	R\$ 250.000,00	
			Parâmetros Urbanos		
			INDICADORES		
			METAS		
			VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS	2014	
			INDICADORES	8.800.000,00	
			VALOR GLOBAL PROJETOS	2014	
			INDICADORES	250.000,00	

7



Programas/atividades e Projetos/Investimentos por Órgão do Governo

		INICIAL	ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO	INCLUSÃO
A. MUNICÍPIO DE		PONTAL DO PARANÁ			
FUNÇÃO DE - Segurança Pública		SEGURANÇA PÚBLICA - 162 - Defesa Civil			
ORGÃO/UNIDADE RESPONSÁVEL		SMAD - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FURBEBOM			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL		03.02 - FURBEBOM			
OBJETIVOS		<p>MANUTENÇÃO AÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS - POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA E DEFESA CIVIL</p> <p>Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros</p> <p>Desenvolvimento de políticas de segurança e defesa civil</p> <p>Condições, instalações e intervenções com instituições sem fins lucrativos</p> <p>Aquisição de mobiliários e equipamentos, bens, produtos e serviços Manutenção dos serviços públicos administrativos e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos de defesa civil e emergenciais</p> <p>Posteamento do Quartel</p>			
PROJETOS		und	10		R\$ 120.000,00
				Quartel Santa	R\$ 80.000,00
					R\$ 32.000,00
				Terrapina	R\$ 80.000,00
VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS		2014			
QUANT	Quartil/Postos	321.537,00			
Indicador	Indicador				
VALOR GLOBAL PROJETOS		2014			
QUANT	Quartil	322.000,00			
Indicador	Indicador				

*[Handwritten signature]*



Programas/atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo

X MUNICÍPIO DE		ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO	RECLUSÃO
		PONTAL DO PARAÍ		
FUNÇÃO: 04 Administração Geral				
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA/ENCARGOS/AMORTIZAÇÕES - 123 - Administração Financeira 129 - Administração de Recursos				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
04.01 - DIRETORIA GERAL				
OBJETIVOS		MANUTENÇÃO E AÇÕES DE FINANÇAS PÚBLICAS, RENDAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS - Prestação de Serviços Financeiros e da Fazenda Pública		
<p>Aperfeiçoamento e treinamento de funcionários</p> <p>Contratação de pessoal na área de fiscalização tributária e contabilidade</p> <p>Outros procedimentos de inclusão no Município</p> <p>Clair Grupo Especial de Trabalho para implementação de Projeto para incrementar a receita municipal</p> <p>Clair Programa "Pega Nota Fiscal" - pontos ao contribuinte - desconto no IPTU</p> <p>Revisão e reforma do código tributário</p> <p>Desenvolvimento de software para sistema de NF's eletrônicas e DEES</p> <p>Aquisição de softwares</p> <p>Aquisição de equipamentos</p> <p>Compromisso de obrigações legais</p> <p>Manutenção e Desenvolvimento de políticas públicas financeiras, aquisição de bens, produtos e serviços;</p> <p>Prestações Públicas/Privadas - Convênios - captação de recursos para projetos</p> <p>Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos financeiros e para o cumprimento de obrigações legais e recuperação fiscal</p> <p>Convênios, auxílios e subvenções com instituições sem fins lucrativos</p>				
PROGRAMAS/ATIVIDADES/INVESTIMENTOS				
PROJETOS				
METAS		VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS		
QUANT	1	2014		
Indicador	Econômico	R\$ 5.000,00		
METAS		VALOR GLOBAL PROJETOS		
QUANT	1			
Indicador	Econômico			

7 53



Programas/atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo					
	INICIAL	ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO	INCLUSÃO	
A	MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ				
FUNÇÃO DE	ADMINISTRAÇÃO GERAL - GOVERNAMENTAL 122 - Administração Geral 131 - Comunicação Social				
ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL	99 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL	06.01 - DIRETORIA GERAL				
OBJETIVOS	<p><b>MANUTENÇÃO E AÇÕES DO GOVERNO MUNICIPAL - DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GOVERNABILIDADE MUNICIPAL - Realização de serviços e políticas de Governo e Gestão Municipal</b></p> <p>Publicidade das Ações Públicas</p> <p>Gerenciamento do Governo Municipal, aquisição de bens, produtos e serviços;</p> <p>Mantém um banco de dados com informações relativas à legislação</p> <p>Reestruturação da estrutura organizacional do Município</p> <p>Criação do Departamento de Ouvidoria do Município</p> <p>Criação, publicação e divulgação do Livro - A História de Pontal do Paraná</p> <p>Coordenar e manter atualizado o "Canal da Cidadania" - Sistema de Informações do Município;</p> <p>Mantém atualizado o Sistema de Informações - "Canal da Cidadania" - para o Planejamento e Gestão Municipal, produzindo os dados necessários, com a frequência definida</p> <p>Elaborar e executar a execução dos projetos, programas e planos do governo municipal alinhando a utilização de recursos nos órgãos do Governo Federal e Estadual;</p> <p>Convênios, acordos e subvenções com instituições sem fins lucrativos</p> <p>Profissionalizar e gerir municipal através da implementação de unidades de custo dentro das distintas secretarias</p> <p>Assegurar a participação dos municípios e de suas entidades representativas em todas as fases do processo de planejamento urbano;</p> <p>Compatibilizar os planos e projetos do desenvolvimento urbano com propostas regionais ou de municípios vizinhos;</p> <p>Orientar programas e obras governamentais segundo os objetivos, políticas e prioridades do Plano Diretor Municipal</p> <p>Manutenção e desenvolvimento de Políticas Públicas Garantidas do Governo Municipal</p> <p>Aquisição de mobiliário e equipamentos Públicos/Privados - Convênios - captação de recursos para projetos</p> <p>Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos gerenciais e do governo municipal</p>				
PROJETOS	Projeto Internet gratuita - Cidade Digital		Área urbana		R\$ 35.500,00
VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS					
METAS	2014				
QUANT	100.000.00				
INDICADOR	99.000.00				
VALOR GLOBAL PROJETOS					
METAS	2014				
QUANT	R\$ 350.000				
INDICADOR	99.000.00				

*[Handwritten signature]*



Programas/Atividades e Projetos/Investimentos por Órgão do Governo

		INICIAL		ALTERAÇÃO		EXCLUSÃO		INCLUSÃO	
MUNICÍPIO DE				PONTAL DO PARANÁ					
FUNÇÃO - 04 - Administração				PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E GESTÃO - 121 - Planejamento e Orçamento					
ORÇAMENTARIDADE RESPONSÁVEL				06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO					
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				06.01 - DIRETORIA GERAL					
OBJETIVOS				AÇÕES DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO MUNICÍPIO - Fixação de serviços e políticas de Planejamento Urbano, ordenamento e de desenvolvimento econômico e social					
MANUTENÇÃO PROGRAMAS/ATIVIDADES/INVESTIMENTOS				Desenvolvimento de políticas públicas de planejamento urbano e gestão orçamentária visando a melhoria na prestação de serviços públicos, aquisição de bens, produtos e serviços. Estabelecer diretrizes para o crescimento ordenado do meio ambiente urbano, disponibilizar informações e articular ações municipais visando o desenvolvimento sustentável de Pontal do Paraná. Criar Equipe de Gestão do Condomínio Aquisição de equipamentos de multi-mídia para Audiências Públicas Criar Programa de Orçamento Participativo Formação e Capacitação de servidores - Especializações/cursos Coordenação e Elaboração dos Planos Municipais Elaboração do Orçamento Público - PPAA, DOLOA e alterações Aprimoramento estratégico das funções e atribuições das secretarias e servidores Revisão e alterações da legislação municipal Gestão de Plano Diretor e dos estudos de impacto de vizinhança, produção e o gerenciamento de informações geoprocessadas Criar Núcleo de pesquisa de planejamento urbano Execução e Coordenação de projetos e programas do Município Parques Públicos/Privados - Contratos - captação de recursos para projetos. Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos para o desenvolvimento planejado e sustentável do Município Contratos, auxílios e subvenções com instituições sem fins lucrativos		Formação das Comissões: a) Desenvolvimento Municipal (CDM); b) Conselho da Cidade (CCM); c) Comissão Municipal de Urbanismo (CMU). Proceder à avaliação permanente do Sistema de Planejamento e Gestão Pública Municipal Proceder ao monitoramento da implementação do Plano Diretor; Construir indicadores de desenvolvimento econômico, social, serviços públicos e outros, através de cooperação técnica com órgãos afins e instituições de ensino e pesquisa Promover a interdisciplinaridade como fator propiciador para o planejamento estratégico Criação do Programa Municipal da Agenda 21 Manutenção e Desenvolvimento de políticas públicas de Planejamento Municipal, aquisição produtos e serviços;			
				aquisição de veículos		1			
PROJETOS				und					
METAS				VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS					
QUANT									
Indicador									
METAS									
QUANT									
Indicador									
VALOR GLOBAL PROJETOS									

5m

SM

Programas/Atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo

X MUNICÍPIO DE		INICIAL	ALTERAÇÃO PONTAL DO PARANÁ	EXCLUSÃO	EXCLUSÃO
FUNÇÃO: 02 Judiciária - 03 Essencial e Autôna			081 - Ação Judiciária 082 - Defesa do Interesse Público no Processo Judicial Judicial		081 - Defesa da Ordem
ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL					
87 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO					
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL					
87.01 - PROCURADORIA GERAL					
OBJETIVOS		DEFESA DOS INTERESSES DO MUNICÍPIO - Prestação de serviços e políticas de defesa do Município na esfera administrativa de controle e judicial			
MANUTENÇÃO PROGRAMAS/ATIVIDADES/INVESTIMENTOS		<p>Fiancer Jurídico e manifestações</p> <p>Formulação e Revisão da legislação Municipal</p> <p>Cumprimento de obrigações das Sentenças, pagamento de prescrições e determinações judiciais</p> <p>Mantém e expandir o acervo da biblioteca jurídica</p> <p>Promover Capacitação dos servidores</p> <p>Mantém e ampliar quadros de servidores e estagiários</p> <p>Manutenção e desenvolvimento de atividades e políticas públicas, aquisição de produtos e serviços</p> <p>Manifestação, representação e defesa dos interesses do Município em todos órgãos e esferas de</p> <p>Administração Pública e outros do setor privado</p> <p>Defesa dos interesses do Município frente o Poder Judiciário</p> <p>Representar o Município nos órgãos de Controle</p> <p>Representar o Município nos órgãos de ordem judicial</p> <p>Execução Fiscal das D.A. registradas pela SMP Perceitas Publica/Privada - Convênios - captação de recursos para projetos</p> <p>Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos de defesa dos interesses do Município</p> <p>Condições, auxílios e subvenções com instituições sem fins lucrativos</p>			
PROJETOS					
METAS		VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS			
QUANT	1			2014	
Indicador	social			945.000,00	
METAS		VALOR GLOBAL PROJETOS			
QUANT	1				
Indicador	social				

5m

30



Programas/Atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo					
X	MUNICÍPIO DE	BRASIL	ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO	INCLUSÃO
	PORTAL DO PARANÁ				
FUNÇÃO 08 - Assistência Social 11 - Trabalho					
ASSISTÊNCIA SOCIAL 122 - Administração Geral 244 - Assistência Comunitária 332 - Transações de Trabalho					
333 - Empregabilidade 334 - Fomento ao Trabalho					
ORÇ - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES DO TRABALHO					
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL					
08.01 - DIRETORIA GERAL					
DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E MANUTENÇÃO DE AÇÕES SOCIAIS - Prestação de serviços e políticas de assistência social					
Desenvolvimento e execução de políticas de assistência social, aquisição de bens, produtos e serviços					
Aquisição de equipamentos para os conselhos e fundos municipais instituídos					
políticas de assistência social e desenvolvimento social e econômico, aquisição de bens, produtos e serviços.					
Realização de concurso público com a criação do cargo de educador social conforme NCB/IN SUAS					
(forn, vídeo, e outros) para estruturação da biblioteca dos Trabalhadores do SUAS -					
Desenvolvimento de programas e projetos para políticas de					
Benefício social direto					
Realização de Conferências e manutenção dos comitês de controle social					
Distribuição de materiais e serviços					
Manutenção dos programas sociais do Governo Federal e Estadual - cumprimento de obrigações legais					
Perecíveis Públicos/Privados;					
Regulamentação de alíquotas -					
Convênios - captação de recursos para projetos					
Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais -					
serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos em assistência social e de promoção ao trabalho e a renda					
Aquisição de veículos					
R\$ 50.000,00					
PROJETOS					
Reforma, ampliação e revitalização próprias da ação social					
R\$ 72.322,00					
VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS					
2014					
333.000,00					
VALOR GLOBAL PROJETOS					
2014					
123.322,00					

7

53

4/10

Programas/Atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo				
X	INICIAL	ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO	INCLUSÃO
MUNICÍPIO DE	PORTAL DO PARANÁ			
FUNÇÃO 08 - Assistência Social				
ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
08 02 - Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente				
DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - Prestação de serviços e políticas de proteção à criança e ao adolescente				
<p><b>OBJETIVOS</b></p> <p>Mantendo e revitalizando do abrigo para criança e adolescente, aquisição de bens, produtos e serviços;</p> <p>de Fortalecimento de convivência familiar proporcionando momentos de interação e troca afetiva entre acolhidos e seus familiares;</p> <p>Aquisição de materiais de limpeza e higiene pessoal (toalhas, lenço umedecido, sabonete infantil, e outros);</p> <p>conselho e do fundo municipal dos direitos das crianças e adolescentes, manutenção de atividades e ações, conselheiros e sede do conselho;</p> <p>Realização de cursos de capacitação aos profissionais que trabalham na área social bem como dos conselheiros municipais;</p> <p>aprendiz;</p> <p>Implantar o Plano Municipal de Políticas de Atendimento à Criança e Adolescente sob coordenação da CMOCA (PAF-PAEF);</p> <p>Execução de projetos e ações previstas no plano municipal e no ECA;</p> <p>equipamentos, móveis e materiais permanentes aos locais de desenvolvimento de políticas de proteção;</p> <p>instituições sem fins lucrativos;</p> <p>Pessoas físicas/privadas - Convênios - captação de recursos para projetos;</p> <p>programas de fortalecimento do convívio comunitário em espaços públicos para crianças e adolescentes atendidos em medidas de proteção</p> <p>Mantendo dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários para o bom andamento dos serviços para proteção e bem estar social da criança e adolescente</p> <p>lucrativos</p>				
<p><b>PROJETOS</b></p> <p>Construção e implantação da Sede do Conselho Tutelar</p> <p>R\$ 120.000,00</p>				
VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS				
METAS	Quantidade	2014		
Indicador		550.000,00		
METAS	Quantidade	2014		
Indicador		120.000,00		

1

um





Programas/atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo					
X	MUNICÍPIO DE	BRASIL	ALTERAÇÃO PONTAL DO PARANÁ	EXCLUSÃO	INCLUSÃO
FUNÇÃO DE Assistência Social					
ASSISTÊNCIA SOCIAL, PESSOAL E COMUNITÁRIA 344 - Assistência Comunitária					
ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL					
BR : SBAART - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL					
08 03 - Fundo Assistência Social					
OBJETIVOS					
DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Prestação de serviços e políticas de assistência social, voltadas à promoção da dignidade social					
Desenvolvimento de políticas públicas de Proteção à Comunidade, Pessoas e Famílias em Situação de Vulnerabilidade e Risco Social, aquisição de produtos e serviços.					
Distribuição de materiais, produtos e serviços					
Implantar centro de capacitação e geração de emprego e renda					
Desenvolvimento de ações e políticas públicas de proteção e apoio às pessoas com deficiências - distribuição de materiais, produtos e serviços					
Implantar cursos de capacitação profissional, objetivando complementação de renda					
Adequação do espaço físico nas unidades CRAS					
Capacitação técnica da equipe					
Aquisição de sistema de climatização para instalação nas unidades CRAS					
Implantar programas de fortalecimento de convivência comunitária em espaços públicos para crianças e adolescentes atendidos em medidas de proteção					
Implantação do "Programa de proteção à comunidade em situações de calamidade pública e de emergência"					
Promover inclusão digital das famílias					
Criar programas de capacitação profissional objetivando geração de emprego e renda					
Aquisição de família terapêutica de bonitas para as atividades da Proteção Social Especial (CREAS)					
Execução e manutenção dos programas do Governo estadual e federal					
CRAS					
MANUTENÇÃO PROGRAMAS/ATIVIDADES/INVESTIMENTOS					
Aquisição de equipamento jogos educativos e materiais diversos para ações na faixa etária de 0 a 15 anos, material permanente para as atividades da Proteção Social Especial (CREAS) Implantar Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)					
Aquisição de materiais permanentes para o desenvolvimento de ações e manutenções de sistemas do CADÚNICO					
Manter os benefícios eventuais e emergenciais: auxílio funeral, auxílio natalidade, passagens, vale transporte, documentos, cestas básicas e outros					
Execução das ações básicas preconizadas pela lei orgânica de assistência social					
Convênios, auxílios e subvenções com instituições sem fins lucrativos Implantar o serviço de Proteção Especial para pessoas em situação de rua e abrigamento social					
Convênio com instituição para serviço de acolhimento em república					
Manutenção do programa de habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência					
Execução de Programas de ação continuada nas áreas de família, crianças, adolescentes e pessoas com deficiência					
Criação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência					
Garantir a operacionalização do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência					
Contratação de profissionais p/ ações de prevenção e combate à violência, abandono e maus tratos à pessoa com Deficiência					
R\$ 100.000,00					
R\$ 127.322,00					
PROJETOS					
Construção e Implantação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS (semiparticipa)					
Construção e Implantação CCP - Centro de Capacitação Profissionalizante					
Banco de Sementes Banco de Carneiro					
VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS					
2014					
350.000,00					
VALOR GLOBAL PROJETOS					
2014					
277.322,00					

753

753

Programas/atividades e Propostas/Investimentos por Órgão de Governo					
A	INICIAL	ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO	INCLUSÃO	
MUNICÍPIO DE		PORTAL DO PARANÁ			
FUNÇÃO DE - Assistência Social					
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PROTEÇÃO A PESSOA IDOSA 241 - Assistência ao idoso					
ORGÃO/UNIDADE RESPONSÁVEL					
BM - SMASST - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO					
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL					
08.04 - FMS					
OBJETIVOS					
DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROTEÇÃO A PESSOA IDOSA - Prestação de serviços e políticas de assistência social e proteção a pessoa idosa					
Aquisição de equipamento p/ atividades básicas de idosos					
Gerenciar e operacionalização do Conselho e Fundo Municipal dos Direitos do Idoso					
Execução de Programas, Projetos e Ações aos idosos com desenvolvimento de políticas de proteção e valorização, aquisição de bens, produtos e serviços					
Implementação de programas de grupos de convivência e oficinas culturais Patrimônio Público/Privado - Convênios - captação de recursos para projetos Manutenção dos serviços públicos					
administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos de proteção e bem estar social do idoso - Convênios, auxílios					
e subvenções com instituições sem fins lucrativos					
Ampliação do Centro de Convivência do Idoso					
Convênios, auxílios e subvenções com instituições sem fins lucrativos					
R\$ 30.000,00					
PROJETOS					
VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS					
2014					
10.000,00					
VALOR GLOBAL PROJETOS					
2014					
30.000,00					



Programas/atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo					
K	MUNICÍPIO DE	INICIAL	ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO	INCLUSÃO
			PORTAL DO PARANÁ		
FUNÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO					
ADMINISTRAÇÃO GERAL - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO/SOCIAL 132 - Administração Geral					
ORGÃO/UNIDADE RESPONSÁVEL					
39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO					
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL					
09 01 - DIRETORIA GERAL					
OBJETIVOS					
DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL DO MUNICÍPIO - Prestação de serviços de qualificação e políticas de desenvolvimento econômico, social e cultural					
MANUTENÇÃO PROGRAMÁTICA/ATIVIDADES/INVESTIMENTOS					
Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento das atividades públicas de promoção ao desenvolvimento econômico e social - Consultas, estudos e assessorias com instituições sem fins lucrativos.					
PROJETOS					
VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS					
METAS					
QUANT	1				
Indicador	Social				
VALOR	2014				
QUANT	65.000,00				
Indicador	2014				
VALOR GLOBAL PROJETOS					
QUANT	1				
Indicador	Social				
VALOR	2014				
QUANT					
Indicador					


Programas/Atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo

X MUNICÍPIO DE		INICIAL	ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO	INCLUSÃO
MUNICÍPIO DE			PONTAL DO PARANÁ		
FUNÇÃO 23 – Comércio e Serviços			TURISMO - 895 – Turismo		
ORÇÃO/UNIDADE RESPONSÁVEL			BN - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO - TURISMO		
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL			08 02 - DEPARTAMENTO DE TURISMO		
OBJETIVOS			DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ATRAVÉS DO TURISMO SUSTENTÁVEL - Prestação de serviços e políticas de melhoria na busca do desenvolvimento sustentável do Turismo		
MANUTENÇÃO PROGRAMAS/ATIVIDADES/INVESTIMENTOS			Realizar constantemente pesquisas de satisfação turística local/regional; Atualizar o inventário da oferta turística municipal, que já encontra-se no site do MTUR; Estabelecer um Plano de Marketing para o Município; Promover o prato típico de Pontal do Paraná, a Cambira; Implantação do Centro de Comercialização do Guaranguaçu; Estudos e projetos para viabilização (convenios TCA União estado) e execução de; Projeto Construção Portal da Entrada do Município; Projeto Revitalização PI 412 - Caminho das Ilhas; Revitalizar Conselho Municipal do Turismo Desenvolvimento de políticas públicas e programas de turismo sustentável, aquisição de bens, produtos e serviços Promovendo: Pontos de Informações Turísticas, Sinalização turística, Turismo Rural Colônia Fátima, Pesca Sustentável do Rio São João Guaranguaçu, Pesquisas de demanda turística dos eventos locais, planejar eventos turísticos, participar de feiras, exposições e demais eventos de divulgação do turismo do Paraná, Sinalizar praias e estradas turísticas, Fomentar parcerias com Sistema Nacional de Aprendizagem (Sistema S) para capacitação no turismo, Fomentar Rotas Turísticas Histórico-Culturais (resgate Mitologias locais) . Promoção de Pratos Típicos, Revitalização Terminal de Embarque Ilha do Mel Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos para desenvolvimento e promoção do turismo - Censários, análises e intervenções com instituições sem fins lucrativos		R\$ 20.000,00
PROJETOS			Construir e implantar o Portal Turístico do Guaranguaçu Construção Mirante Ecológico Sítio Arqueológico Sambaqui com Praça de Visitação -	Quaraguá (contrapartida) Fazenda Sambaqui (contrapartida)	R\$ 15.000,00
METAS			VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS		
QUANT	1		2014		
Indicador	Arquitetura/Projeto		180.000,00		
METAS			VALOR GLOBAL PROJETOS		
QUANT	1		2014		
Indicador	Arquitetura/Projeto		45.000,00		

53



Programas/Atividades e Projetos/Investimentos por Órgão do Governo

X MUNICÍPIO DE		INICIAL	ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO	INCLUSÃO
		PONTAL DO PARANÁ			
FUNÇÃO: 13 - Cultura		CULTURA 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico 392 - Cidade Cultural			
UNIDADE RESPONSÁVEL		09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO - CULTURA			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL		09.03 - DEPARTAMENTO DE CULTURA			
OBJETIVOS		DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO MUNICÍPIO - Fomento de serviços de promoção de desenvolvimento cultural			
MANUTENÇÃO PROGRAMAS/ATIVIDADES/INVESTIMENTOS		<p>Desenvolver políticas públicas de promoção ao desenvolvimento cultural do Município, aquisição de bens, produtos e serviços:</p> <p>PROMOVENDO: Realizar Banda Municipal;</p> <p>Cultura;</p> <p>Culturais;</p> <p>Realizar 1º Festival de Artes e Artesanatos do Litoral do Paraná;</p> <p>estábulo, festival sobre cultura e desenvolvimento;</p> <p>captação de recursos para projetos;</p> <p>aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos para divulgação e promoção cultural;</p> <p>Condições, auxílios e subvenções com instituições sem fins lucrativos;</p> <p>Construção e Implantação Centro Cegare (Central de Cultura e História Local) - contrapartida - R\$ 25.000,00</p>			
PROJETOS		<p>Realizar Conferências e Festividades</p> <p>Agir a Instituições;</p> <p>Participar de eventos regionais;</p> <p>Parcerias Pública/Privada - Consórcios -</p> <p>Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais</p>			
		Balanço 2014			
METAS		VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS			
QUANT		2014			
Indicador		18.100,00			
METAS		VALOR GLOBAL PROJETOS			
QUANT		2014			
Indicador		25.000,00			

Handwritten signature and initials.



Programas/Atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo

X		INICIAL	ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO	INCLUSÃO
MUNICÍPIO DE		PONTAL DO PARANÁ			
FUNÇÃO 22 - Indústria, Comércio e Serviços		INDÚSTRIA E COMÉRCIO 881 - Promoção Comercial 882 - Comercialização 883 - Comércio Exterior 884 - Serviços Financeiros 885 - Turismo			
UNIDADE RESPONSÁVEL		SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL		08.03 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO			
OBJETIVOS		DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO DE FOMENTO E INCENTIVA ECONÔMICA - Prestação de serviços e políticas de desenvolvimento econômico sustentável para o Comércio e Indústria Local  Realização de cursos de capacitação;  Realizar Campanha de Incentivo à compra no comércio local;  Criar e implementar Conselho Municipal de Desenvolvimento da Indústria e Comércio  Ofertar cursos de capacitação em parceria SEBRAE, FIEP, SEBI, SENAI, SENAC.  Parcerias Público-Privada - Convênios - captação de recursos para projetos  Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos de fomento, fomento e promoção à indústria e comércio  Convênios, auxílios e subvenções com instituições sem fins lucrativos  Construir e implantar Centro de Capacitação do Sistema S - R\$ 17.000,00 - Bimestre Pontal do Sul			
PROJETOS					
METAS		VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS			
QUANT	1	2014			
Indicador	quantitativo	10.000,00			
METAS		VALOR GLOBAL PROJETOS			
QUANT	1	2014			
Indicador	quantitativo	17.000,00			

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Programas/Atividades e Projetos/Investimentos por Órgão do Governo

X		ALTERAÇÃO		EXCLUSÃO		INCLUSÃO			
MUNICÍPIO DE		PONTAL DO PARANÁ							
FUNÇÃO 12 - Educação 04 - Administração		EDUCAÇÃO 122 - Administração Geral							
ORGÃO/UNIDADE RESPONSÁVEL		18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - DIRETORIA GERAL							
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL		18.03 - DIRETORIA GERAL							
OBJETIVOS		DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - Prestação de serviços e políticas de desenvolvimento e melhoria da educação básica							
MANUTENÇÃO PROGRAMADA DESPESAS INVESTIMENTOS				Adaptação de todos os prédios públicos aos padrões legais de acessibilidade. Aquisição de móveis e equipamentos para todos os prédios da educação. Manutenção e reforma dos bens móveis e imóveis da Educação. Implementação, desenvolvimento e apoio às ações de formação continuada dos profissionais da educação. Manutenção e ampliação de Convênios com Instituições/Órgãos Públicos e Privados. Implementação, desenvolvimento e apoio às ações de formação continuada dos profissionais da educação. Elaboração de material didático e de apoio próprio para implementação e distribuição. Apoio às instituições parceiras para a educação profissional. Contratação, manutenção e ampliação de Convênio para contratação de estagiários e monitores especialistas. Convênios e parcerias com Instituições de Ensino Superior para formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Manutenção, ampliação e apoio ao desenvolvimento dos polos esportivos que visam a formação de atletas. Manutenção, ampliação e apoio e desenvolvimento de polos artísticos e culturais visando o desenvolvimento integral do aluno. Legislação e formalização da Escola em Tempo Integral ampliação serviço Acomodamento e manutenção dos Conselhos (CAE, FUNDEC, CME e Conselhos Escolares) Apoio a formação de conselheiros. Implantação de sede administrativa para os Conselhos. Parentes Públicos/Privado - Convênios - captação de recursos para projetos - Realização de Concursos públicos, testes seletivos e contratações temporárias Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos para a educação		Implantação e manutenção de sistema informatizado de vagas nos CMEIs. Implantação e manutenção do site na web. Contratação de serviços de manutenção dos laboratórios de informática e demais equipamentos tecnológicos. Manutenção e reforma dos laboratórios de informática. Aquisição, implantação, funcionamento e manutenção de equipamentos multimídia para auditorio informatizado e unidades escolares. Aquisição de equipamentos de informática. Aquisição de equipamentos eletrônicos e tecnológicos para as escolas. Aquisição, instalação, implantação e manutenção gradativa de bancas interativas e materiais digitais destinados aos alunos da rede municipal como material pedagógico.			
PROJETOS		Aquisição de veículos		Reforma.		Banco do Brasil (início da obra) Banco do Brasil (início da obra) Banco do Brasil (início da obra) Banco do Brasil (início da obra)			
		Reforma, ampliação e implantação dos projetos da SMED				R\$ 50.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00			
		adequação atual perfil da sede da SMED - Banco do Brasil (início da obra)							
VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS		2014		2014		R\$ 1.177.878,00			
VALOR GLOBAL PROJETOS		2014		2014		R\$ 1.177.878,00			

7

53



Programas/atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo				
A. MUNICÍPIO DE	B. SOCIAL	C. ALTERAÇÃO	D. EXCLUSÃO	E. INCLUSÃO
PONTAL DO PARANA				
FUNÇÃO 12 - Educação				
ORGÃO/UNIDADE RESPONSÁVEL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
10.02. ENSINO FUNDAMENTAL				
DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO FUNDAMENTAL (ESPECIAL E ADULTO) - Prestação de serviços e políticas de desenvolvimento do ensino fundamental				
OBJETIVO	<p>Manutenção da Merenda Escolar Ensino Fundamental</p> <p>Manutenção da Merenda Escolar Ensino Fundamental - Educação Especial e EJA</p> <p>Implementação de Curso para incentivo às boas práticas de manipulação de alimentos.</p> <p>Curso de capacitação para merendeiras. Término do Complexo Polivalente na Escola Especial para atendimento das atividades da Escola Integral</p> <p>Reforma, ampliação e implantação das Unidades Escolares de Ensino Fundamental para atendimento as escolas de tempo integral.</p> <p>Manutenção e reforma das unidades escolares de Ensino Fundamental.</p> <p>Adaptação das unidades de Ensino Fundamental aos padrões legais de acessibilidade/implantação da escola integral</p> <p>Formação continuada</p> <p>Avaliação psicoeducacional</p> <p>Aquisição de material permanente (móveis e livros pedagógicos)</p> <p>Distribuição de uniformes e kit escolar</p> <p>Ampliação, reforma e adequação das escolas municipais</p> <p>Implantação de espaço bibliográfico e mobiliário</p> <p>Aquisição, instalação, implantação e manutenção de recursos didáticos específicos para o Ensino Fundamental</p> <p>Desenvolvimento de políticas públicas de desenvolvimento da educação básica</p> <p>Parcerias Público/Privada - Condições - captação de recursos para projetos</p> <p>Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos para o ensino fundamental, especial e de jovens e adultos</p>			
MANUTENÇÃO PROGRAMADA/INVESTIMENTOS	<p>Desapropriação de áreas urbanas e rurais para destinação para unidades escolares.</p> <p>R\$ 150.000,00</p> <p>R\$ 150.000,00</p> <p>R\$</p>			
PROJETOS	<p>- Bairro/Unidade/Prato de Leite</p> <p>Aquisição de micro-ônibus e ônibus para o transporte escolar - SMED</p> <p>R\$ 180.000,00</p> <p>R\$</p> <p>Construção, ampliação, reformas e implantação de Unidades de Ensino Fundamental - Todas as unidades (início da obra)</p> <p>R\$ 177.000,00</p> <p>R\$</p> <p>Construção e implantação de Escola Ambiental na área rural do Guarapuá - Guarapuá - (início da obra)</p> <p>R\$ 150.000,00</p> <p>R\$</p> <p>Construção e implantação do Centro Integrado Polivalente para atendimento dos alunos da rede municipal das unidades que atendem em tempo integral - Bairro/Unidade/Prato de Leite</p> <p>R\$ 250.000,00</p> <p>R\$</p> <p>Construção, reforma, ampliação e implantação do Centro Municipal das Ciências - Bairro/Unidade/Prato de Leite</p> <p>R\$ 250.000,00</p> <p>R\$</p> <p>Barragem - (início da obra)</p> <p>R\$ 250.000,00</p>			
MEAS	VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO/INVESTIMENTOS			
QUANT	2014			
Indicador	R\$ 430.000,00			
MEAS	VALOR GLOBAL PROJETOS			
QUANT	2014			
Indicador	R\$ 1.357.000,00			





Programas/atividades e Projetos/Investimentos por Órgão do Governo

		INICIAL	ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO	INCLUSÃO
MUNICÍPIO DE		PONTAL DO PARANÁ			
FUNÇÃO 12 - Educação		EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil			
UNIDADE RESPONSÁVEL		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL		10.03 - ENSINO INFANTIL			
OBJETIVOS		DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO INFANTIL - Prestação de serviços e políticas de desenvolvimento do ensino infantil			
MANUTENÇÃO PROGRAMAS/ATIVIDADES/INVESTIMENTOS		<p>Manutenção da Merenda Escolar Ensino Infantil</p> <p>Implantação de Concurso para incentivo as boas práticas de manipulação de alimentos.</p> <p>Manutenção dos próprios da educação infantil</p> <p>Curso de capacitação para merendeiras.</p> <p>Implantação de CMSEI no bairro Vila Nova</p> <p>Aquisição de Material Permanente</p> <p>Ampliação e reforma dos Centros de Educação Infantil</p> <p>Distribuição de uniformes e kits escolares</p> <p>Instalação de áreas de recreação com equipamentos adequados Distribuição de uniformes e kit escolar</p> <p>Construção e Implantação de brinquedoteca nos Centros de Educação Infantil</p> <p>Aquisição, instalação, implantação e manutenção de recursos destinados à Brinquedoteca.</p> <p>Aquisição, instalação, implantação e manutenção de recursos didáticos específicos para a Educação Infantil</p> <p>Distribuição de materiais e serviços</p> <p>Parcerias Público/Privada - Consórcios - Implantação de recursos para projetos</p> <p>Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos para a educação infantil</p> <p>Construção e Implantação de unidades escolares de Educação Infantil - Bairro</p>			
PROJETOS		<p>Camada - (início da obra)</p> <p>Reforma, ampliação e Implantação das Unidades Escolares de Educação Infantil</p> <p>para atendimento a demanda - Todas as Unidades</p> <p>Adaptação das unidades de Educação Infantil aos padrões legais de acessibilidade -</p> <p>Todas as Unidades</p>			
METAS		VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS			
QUANT		2014			
Indicador		2.200.000,00			
METAS		VALOR GLOBAL PROJETOS			
QUANT		2014			
Indicador		200.000,00			

Programas/atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo					
X	MUNICÍPIO DE	INICIAL	ALTERAÇÃO PORTAL DO PARANÁ	EXCLUSÃO	INCLUSÃO
FUNÇÃO 16 - Habitação 04 - Administração			HABITAÇÃO E ASSUNTOS FUNCIÁRIOS 122 - Administração Geral 481 - Habitação Rural 482 - Habitação Urbana		
ORGANIZADOR RESPONSÁVEL			SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E ASSUNTOS FUNCIÁRIOS		
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL			11.01 - DIRETORIA GERAL		
OBJETIVOS			DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO E DIMINUIÇÃO DO DEFICIT HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL E REGULAMENTAÇÕES FUNCIÁRIAS - Prestação de serviços e políticas de fomento e diminuição do déficit habitacional urbano e rural e regulamentação fundiária		
MANUTENÇÃO PROGRAMAS/ATIVIDADES/INVESTIMENTOS			Elaboração Plano Municipal de Regularização Fundiária (Pomuf) (Sinto-se em casa)		
			Desenvolvimento de políticas públicas de diminuição do déficit habitacional (por setor e gênero) - Aquisição de bens, produtos e serviços		
			Desenvolvimento de políticas públicas de regulamentação fundiária - contratação e aquisição de bens, produtos e serviços		
			Inventário das áreas públicas - situação existente - ocupação e disponibilidade - Inventário de lotes/terras irregulares Inventários de áreas acorridas e suas ocupações Intervenções jurídicas, urbanísticas, socioeconômicas para regularização de áreas públicas, loteamentos irregulares de áreas acorridas e ocupação de ruas.		
PROJETOS			Criar cadastro único de multirruas e diagnóstico de déficit habitacional		
			Criar cadastro único de multirruas e diagnóstico de déficit habitacional		
			Conselho Municipal Habitação		
			Procedimentos judiciais, administrativos para o registro das regularizações em Cartório de Registro Público/Privada -		
			Convênios - captação de recursos para projetos		
			Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários		
			se bem andamento dos serviços públicos para a promoção de habitação e regularização fundiária		
			Construção de unidades habitacionais de interesse social nos bairros Santa	R\$ 20.000,00	Desapropriação de áreas para a habitação no
			Mônica, Cereza e Pontal do Sul	R\$ 20.000,00	Batistino Praia de Leste
			Aquisição de veículos - 01 UNID.	R\$ 20.000,00	Construção de conjuntos habitacionais nos
					Mônica, Cereza e Pontal do Sul
					R\$ 20.000,00
VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS					
QUANT					
Indicador					
QUANT					
Indicador					
VALOR GLOBAL PROJETOS					
QUANT					
Indicador					

Handwritten signature and initials in blue ink.





Indikator	Aspek	1.000.000,00
-----------	-------	--------------

1000

## Programas/Atividades e Proposições/Investimentos por Órgão de Governo

X		MUNICÍPIO DE		INICIAL		ALTERAÇÃO		PONTAL DO PARANÁ		EXCLUSÃO		INCLUSÃO	
FUNÇÃO DE - Administração 18 - Gestão Ambiental 20 - Agricultura													
RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE/AGRICULTURA - 122 - Administração Geral - 141 - Preservação e Conservação Ambiental													
ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL													
13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS NATURAIS													
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL													
13.01 - DIRETORIA GERAL													
OBJETIVOS													
DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PROMOÇÃO À AGRICULTURA E À PESCA													
EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERENCIAMENTO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, COM DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE - AQUISIÇÃO DE BENS, PRODUTOS E SERVIÇOS visando: Campanhas de conscientização da população e visitantes, Monitoramento da sustentabilidade do mar, Realização de Congressos, Formação dos Planos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental, Apoio e manutenção Conselho Municipal do Meio Ambiente, Apoio a instituições ambientais/municipais, Regulamentação e administração do Fundo Municipal do Meio Ambiente, Criar e colocar em prática projetos e programas de sustentabilidade, Orientar cursos e palestras, visando orientar nossa população sobre as benesses da efetiva preservação ambiental, Estabelecer parcerias entre nossa SMRN e as escolas municipais e os colégios estaduais, bem como com a UFPR, Apoio a Pesquisas ambientais, Socialização Ambiental - informação legislativa municipal, Cadastro e catalogação da flora e fauna local, Estudos de impacto ambiental, Criar e desenvolver programas de Responsabilidade Social das Empresas/Indústrias, Fiscalização das EMB's - Estações de Radio frequência, Recuperação de áreas degradadas, Programas de controle e gestão do lixo reciclável - políticas públicas - aquisição de bens, produtos e serviços, Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos ao meio ambiente, recursos naturais, pesca e agricultura, Projeto para viabilidade de: Aquisição de Veículos -													
MANUTENÇÃO PROGRAMÁTICA DE INVESTIMENTOS													
PROJETOS													
Criação Horto Florestal - R\$ 7.000,00 - Batedeira													
Shangri-lá (contrapartida)													
Reforma e preservação Parque Rio Pequeno - R\$ 10.000,00 (contrapartida)													
Reforma, Construção, Revitalização, Ampliação e adequação do Sistema Muratório (Candáriore - Câmaras Murárias, Capelas) - R\$ 75.600,00 - (conforme Licença Ambiental)													
Uniformização da Fiscalização Ambiental - R\$ 2.000,00													
VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS													
2014													
18.000,00													
VALOR GLOBAL PROJETOS													
2014													
106.000,00													

Programas/atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo				
X	BICIAL	ALTERNÇÃO PORTAL DO PARANÁ	EXCLUSÃO	INCLUSÃO
MUNICÍPIO DE				
FUNÇÃO 18 - Gestão Ambiental		MIO AMBIENTE 941 - Preservação e Conservação Ambiental 942 - Combate Ambiental 943 - Recuperação de Áreas Degradadas		
ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL		13. SERRA - FUNDO MUNICIPAL MIO AMBIENTE		
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL		13 012 - FUNDO MUNICIPAL DO MIO AMBIENTE		
OBJETIVOS		DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS SOB A COORDENAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MIO AMBIENTE		
PROGRAMAS/ATIVIDADES		Desenvolvimento de políticas públicas para proteção ao meio ambiente : gerenciadas e formuladas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente - aplicação de bens, produtos e serviços - Parcerias com instituições públicas e privadas. Parcerias Pública/Privada - Condições - captação de recursos para projetos. Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais : aplicação de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos ao meio ambiente, aos recursos naturais.		
PROJETOS/INVESTIMENTOS		Construção e Implantação de Usina de Reciclagem de Lixo - R\$ 90.000,00 - Jaceranda		
METAS		VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS		
QUANT	população/comunidade ambiental		2014	
INICIADOR			10.000,00	
METAS		VALOR GLOBAL PROJETOS		
QUANT	população/comunidade ambiental		2014	
INICIADOR			90.000,00	

7

MS

BR



## Programas de Iniciação e Projetos de Iniciação para Órgãos da Governança

MUNICÍPIO DE		ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO	INCLUSÃO
MUNICÍPIO DE		PORTAL DO PARANÁ		
FUNÇÃO 10 - Saúde				
SAÚDE PÚBLICA 301 - Atenção Básica 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial 303 - Saúde Populativa e Territorial 304 - Vigilância Sanitária 305 - Vigilância Epidemiológica				
14. SMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
14.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS SOB A COORDENAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE				
OBJETIVOS	Desenvolvimento e Execução de Políticas Públicas de promoção e Saúde Pública: aquisição de bens, produtos e serviços ATENÇÃO BÁSICA Criar Departamento Programa de Orçamentos em Saúde Formação e Capacitação de servidores - Especializações Coordenação e Elaboração dos Planos Municipais de Saúde Elaboração do Orçamento Público - PPALDOLOA integrados com o SAPIBUS e CMS Aplicamento estratégico das funções e atribuições dos Servidores Implantação e desenvolvimento da informatização dos Promotores Médicos (Unico Municipal, Controle de Estoque de medicamentos, insumos e Impexa) Clair sistema cruzamento de dados e elaboração de Diagnóstico de Saúde do município Clair núcleo de pesquisa de patologias com tratamento para funcionários Distribuição de materiais e serviços - Aquisição de equipamentos hospitalares e laboratoriais Participação nas políticas de saúde pública do Governo estadual e Federal/ Gerenciamento e execução programas TPDs Contratos e parcerias para atendimento de programas de saúde - SAMURC/OLPA e outros Parcerias Público-Privado - Comércio - captação de recursos para projetos Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos de saúde e qualidade de vida	Execução e Coordenação de projetos e programas do Município Implantar novos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador - (implantar o Programa de Saúde do Trabalhador) Implantar novos serviços Sentinelas em Saúde do Trabalhador Aquisição de bens, produtos e serviços para os programas de atenção básica e média complexidade em atendimento a execução dos programas (Vacinação, epidemiologia, vigilância sanitária) Manutenção, ampliação e revitalização dos programas de saúde: PPSF - Programa Saúde da Família - Programa Agentes Comunitários de Saúde, Programa Saúde do Trabalhador, Programa Saúde da Mulher e da Criança - Programa Saúde do Idoso - Programa Saúde do Homem - Programas de Saúde na Atenção Básica, Média e Alta Complexidade (complementar) - (Programas de saúde na atenção básica, média complexidade) Manutenção dos bens e projetos de saúde - Aquisição de bens, produtos e serviços Implantação: Ambulatório de reabilitação de acidentados Anticâncer de doenças respiratórias Anticâncer de Dermatológicas/Feminas Central de esterilização Implantação da Academia da Saúde	R\$ R\$ R\$ R\$	
PROJETOS	Construção de Unidade de Saúde - Balmário Shangri-lá (recursos fundo a fundo)  (recursos fundo a fundo) (contrapartida): Balmário de Iperema  Ampliação da Farmácia Municipal - Balmário Praia de Leste	Construção de Unidade de Saúde - Balmário Shangri-lá (recursos fundo a fundo)  (recursos fundo a fundo) (contrapartida): Balmário de Iperema  Ampliação da Farmácia Municipal - Balmário Praia de Leste	R\$ R\$ R\$ R\$	
Balmário Guaraguatã - (contrapartida)				
VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS				
QUANTIDADE	INDICADOR	2014	2014	
QUANTIDADE	INDICADOR	9.183.311,87	9.183.311,87	
QUANTIDADE	INDICADOR	2014	2014	
QUANTIDADE	INDICADOR	315.360,00	315.360,00	

Programas/Atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo

MUNICÍPIO DE		INICIAL	ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO	INCLUSÃO
FUNÇÃO 14 - Direitos da Cidadania (4 - Administração)			POR TAL DO PARANÁ		
Segurança Pública		08 -			
CIDADANIA : 122 - Administração Geral 421 - Custódia e Reintegração Social 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos 423 - Assistência aos Povos Indígenas, 181 - Paciente					
ORGANIDADE RESPONSÁVEL					
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL					
15.01 - DIRETORIA GERAL					
OBJETIVOS					
DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PARA GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS E DO CIDADÃO					
DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, INDIVIDUAIS E COLETIVOS, DOS DIREITOS DO CIDADÃO, POLÍTICAS CONTRA A VIOLENCIA DE GÊNERO E APOIO AS PESSOAS, aquisição de bens, produtos e serviços.					
Implantação de Projetos e políticas públicas voltadas ao atendimento de pessoas					
Fomento a formação de grupos comunitários de atendimento às pessoas com direitos negligenciados					
Implantação/reformulação da Defensoria Pública Municipal					
Promoção Mulheres que fazem a diferença					
Manter Atividades de Defensoria Pública e Implantar Ouedora					
Implantação do Projeto Conservando Direitos Humanos com a Comunidade.					
ATENÇÃO À POPULAÇÃO DE RUA					
FAMÍLIA, APOIO E PROTEÇÃO					
Família Implantação de projetos de atendimento a pessoas indígenas					
Cadastramento das famílias da área indígena do Município					
Centro de produção e exposição do artesanato indígena					
Verificação a medianta de qualificação educacional e cultural das famílias da área indígena do Município					
Executar ações da Guarda Municipal em apoio ao Município e ao Cidadão (Concursos, treinamento, implantação (bens, produtos e serviços) regulamentação)					
Criação e implantação PROCON Município Percentual Pública/Privada - Comissões - captação de recursos para projetos					
Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais, concursos - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos para a defesa dos direitos e cidadania					
Aquisição de veículos - R\$ 50.000,00 (52 unidades)					
Aquisição de bens sociais (Guerra Municipal - R\$ 50.000,00)					
PROJETOS					
VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS					
METAS					
QUANT	implantação		2014		
Indicador	social		\$24.870,00		
VALOR GLOBAL PROJETOS					
METAS					
QUANT	implantação		2014		
Indicador	social		100.000,00		

753



Programas/Atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo				
X	INICIAL	ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO	INCLUSÃO
MUNICÍPIO DE		PONTAL DO PARANÁ		
FUNÇÃO 99 Reserva de Contingência		RESERVA DE CONTINGÊNCIA 99 Reserva de Contingência		
ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL		99.99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL		99.99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
OBJETIVOS		CUMPRIMENTO DE RESERVA DE 1% (um por cento) Reserva de Contingência		
MANUTENÇÃO PROGRAMADA/ATIVIDADES/INVESTIMENTOS				
PROJETOS				
METAS				
QUANT	1		2014	
Indicador			524.028 12	
METAS		VALOR GLOBAL PROJETOS	2014	
QUANT	1			
Indicador				
		52.408.811,70		

\*\*\*RESALVA: O SISTEMA INFORMATIZADO DA EMPRESA CONTRATADA (PLCETI) NÃO ESTÁ HABILITADO PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2014/2017

QUANDO OCORRER A HABILITAÇÃO O MUNICÍPIO PREENCHERÁ E ALIMENTARÁ A BASE DE DADOS GERANDO ANEXOS DO SISTEMA COM NÚMERO DE AÇÕES QUE AINDA ESTÃO COM INCONSISTÊNCIAS GERANDO ALTERAÇÕES NOS PROGRAMAS DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES (2013)

#### INDICADORES

SOCIAL	Apostar o nível de bem-estar geral e de qualidade de vida da população, principalmente em relação à saúde, educação, trabalho, renda, segurança, habitação, transporte, aspectos demográficos e outros
ECONOMICO	Econômicos: possuem uma teoria geral mais consolidada, refletem o comportamento da economia. Utilizados na gestão das políticas e social, econômica, ambiental, comércio exterior, desenvolvimento e outras. Subdividem decisões de planejamento estratégico, investimentos, contratações, concessões, entrada ou saída, gestão financeira - resultados primários e nominais - índices e percentuais
AMBIENTAIS	Demonstram o progresso alcançado na direção do desenvolvimento sustentável, que compreende, segundo as Nações Unidas, quatro dimensões: ambiental, social, econômica e institucional

Handwritten signature and initials in blue ink.







# CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

*Estado do Paraná*  
*Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização*

Processo Legislativo nº037/2013

Anteprojeto de Lei nº58/13

Autoria do Poder Executivo

Súmula: "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2014 e dá outras providências"

**PARECER Nº007/2013**

## **RELATÓRIO**

Chega para análise desta Comissão, em observância ao que preceitua o artigo 148 da Lei Orgânica do Município de Pontal do Paraná e artigos 185 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis, Projeto de Lei que dispõe sobre a LDO para 2014.

## **ANÁLISE**

Analizando a proposição tem que a mesma foi protocolizada de forma tempestiva, apresentando os anexos exigidos pela legislação.

Assim dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 185 . Aplicam-se aos projetos de lei do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, naquilo em que não contrariem o disposto neste capítulo, as regras deste Regimento que regulam a tramitação das proposições em geral, e, obrigatoriamente, os prazos estipulados no art. 140 da Lei Orgânica do Município.

Art. 186 . Recebido o projeto, será ele publicado no Diário da Câmara distribuído aos Vereadores e remetido imediatamente à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, que exará parecer em dez dias, contados de seu recebimento pela Comissão.

§ 1o. Publicado o parecer, será o projeto imediatamente encaminhado à Mesa, que o fará constar na pauta da Ordem do Dia das duas sessões ordinárias subseqüentes, para recebimento de emendas.

§ 2o. Findo o prazo de apresentação de emendas, se propostas, a Mesa as fará publicar no Diário da Câmara.

§ 3o. No dia seguinte ao da publicação das emendas, o processo retornará à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, que emitirá parecer sobre elas, no prazo de cinco dias, contados de seu recebimento pela Comissão.

Pelo que se comprova do procedimento legislativo, a proposta do Executivo foi publicada no Diário da Câmara e desta forma, entendo que o projeto deva tramitar e esta Comissão, após a apresentação das emendas pelos vereadores, emitir parecer para ser submetido ao Plenário.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

*Estado do Paraná*  
*Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização*

### **VOTO DA RELATORA**

Assim, entendo que todos os requisitos legais e formais estão presentes, não existindo nenhum óbice à devida tramitação da proposição para recebimento de emendas pelos vereadores e após retornar a esta Comissão para parecer final.

Sala das Sessões, 05 de junho de 2013.



Pastora Débora  
Vereadora-Relatora

Acompanham o voto da Relatora:



Nega  
Vereadora-Presidenta



Jivanete  
Vereador Membro





*Aproude*

**CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
*Estado do Paraná*

EMENDA MODIFICATIVA Nº \_\_\_\_\_/2013

Os vereadores que a presente subscrevem, em conformidade com o artigo 185 e §1º do Artigo 186 do Regimento Interno desta Casa de Leis e 148 da Lei Orgânica do Município de Pontal do Paraná, apresentam a seguinte **EMENDA AO PROJETO DE LEI QUE "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Na Função 10 – Saúde – 14. SMS – Fundo Municipal de Saúde  
Órgão/Unidade Responsável 14.01 – Fundo Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ  
**PROTOCOLO**

Processo nº 704/13  
Data 25.06.2013  
Hora 13:33  
Por Carla Santana

Modifica-se o seguinte projeto:

- *Construção e Implantação de Unidade de Saúde ...RS*  
*150.000,00*
- *Construção de Academia de Saúde – (Balneário*  
*Ipanema) .....RS 30.000,00*
- *Ampliação da Farmácia Municipal – Praia de Leste*  
*..... RS 30.000,00*
- *Construção do CAPS – Guaraguaçu ..... RS*  
*105.360,00*

Modifica-se a Manutenção de Programas /Atividades  
/Investimentos:

- Implantar novos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador para *"Implantar o Programa Saúde do Trabalhador"*;
  - Programas de saúde na atenção básica, média e alta complexidade para *"Programas de Saúde na atenção básica e média complexidade"*;
- 9*



**CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
*Estado do Paraná*

- Núcleo de Pesquisa de Patologia para *"Reativação do Laboratório Municipal de Análises Clínicas, com readequação do espaço físico e aquisição de equipamentos."*

Sala das Sessões, 24 de junho de 2013.

*Resolução das Sessões*  
*[Handwritten signature]*



*Resolução Aprovada*

**CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
*Estado do Paraná*

EMENDA MODIFICATIVA Nº \_\_\_\_\_/2013

Os vereadores que a presente subscrevem, em conformidade com o artigo 185 e §1º do Artigo 186 do Regimento Interno desta Casa de Leis e 148 da Lei Orgânica do Município de Pontal do Paraná, apresentam a seguinte **EMENDA AO PROJETO DE LEI QUE “DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

Na Função 13 – Cultura 09 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento – Cultura

Órgão/Unidade Responsável 09. 03 – Departamento de Cultura

Modifica-se o seguinte projeto:

- ***Construção e Implantação do Centro Caiçara ( Centro de Cultura e História Local) – no Balneário Pontal do Sul***

Sala das Sessões, 18 de junho de 2013.

*Cleonice*  
Vereadora

*Beto Silva*  
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ  
**PROTOCOLO**

Processo nº 669/13  
Data 18.06.2013  
Hora 10:50  
Assinatura Jaqueline B. T.





*Aprova*

**CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**

*Estado do Paraná*

EMENDA MODIFICATIVA Nº \_\_\_\_\_/2013

Os vereadores que a presente subscrevem, em conformidade com o artigo 185 e §1º do Artigo 186 do Regimento Interno desta Casa de Leis e 148 da Lei Orgânica do Município de Pontal do Paraná, apresentam a seguinte **EMENDA AO PROJETO DE LEI QUE "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

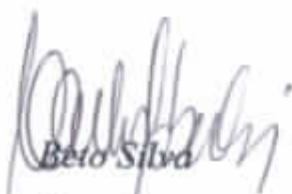
Na Função 12 – Educação – Educação Infantil


Órgão/Unidade Responsável 10.03 – Ensino Infantil

Modifica-se o seguinte projeto:

- ***Construção e Implantação de Unidade Escolar de Educação Infantil no Jardim Jacarandá***

Sala das Sessões, 18 de junho de 2013.

  
Beto Silva  
Vereador

  
Nega  
Vereadora

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ  
PROTOCOLO

Processo nº 683.113

Data 18.06.2013

Hora 16:10

Assinatura Assinatura



# CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Estado do Paraná  
Gabinete da Presidência

EMENDA MODIFICATIVA Nº \_\_\_\_\_/2013

O vereador que a presente subscreve, em conformidade com o artigo 185 e §1º do Artigo 186 do Regimento Interno desta Casa de Leis e 148 da Lei Orgânica do Município de Pontal do Paraná, apresenta a seguinte **EMENDA AO PROJETO DE LEI QUE "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Na Função 08 – Assistência Social – Assistência Social de Proteção a Pessoa Idosa – Assistência ao Idoso

Órgão/Unidade Responsável 08 – SMASRT – Fundo Municipal dos Direitos do Idoso

Modifica-se o seguinte programa/atividade/investimentos:

- *Aquisição, manutenção e instalação de Academias ao Ar livre e de outros equipamentos para atividades físicas de idosos.*

Sala das Sessões, 18 de junho de 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

## PROTOCOLO

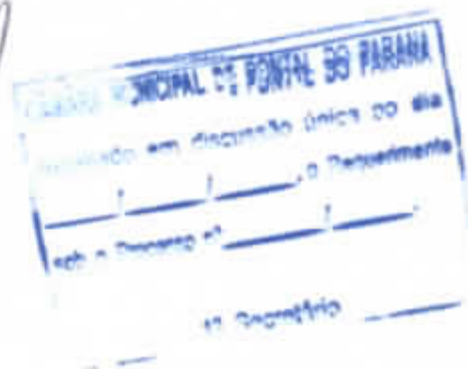
Processo nº 6311/2013

Data 18.06.2013

Hora 11:05

Ass. forquilha 8.7

  
Beto Silva  
Vereador





*Petereade*  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**

*Estado do Paraná*

*Gabinete do Vereador Marcelo do Tião*

EMENDA MODIFICATIVA Nº \_\_\_\_\_/2013

O Vereador que a presente subscreve, em conformidade com o artigo 185 e §1º do Artigo 186 do Regimento Interno desta Casa de Leis e 148 da Lei Orgânica do Município de Pontal do Paraná, apresenta a seguinte **EMENDA AO PROJETO DE LEI QUE "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Na Função 04 – Administração 18 – Gestão Ambiental

Órgão/Unidade Responsável 13. Secretaria Municipal de Recursos Naturais

Modifica-se o seguinte projeto:

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

**PROTOCOLO**

Processo nº 674/13

Data 18.06.13

Hora 13:34

Resp. Versuferrando

➤ **Construção e Implantação do Mercado de Pescado no Balneário Pontal do Sul**

Sala das Sessões, 18 de junho de 2013.

  
Marcelo do Tião  
Vereador





*Deficiência*

**CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
*Estado do Paraná*

EMENDA MODIFICATIVA Nº \_\_\_\_\_/2013

Os vereadores que a presente subscrevem, em conformidade com o artigo 185 e §1º do Artigo 186 do Regimento Interno desta Casa de Leis e 148 da Lei Orgânica do Município de Pontal do Paraná, apresentam a seguinte **EMENDA AO PROJETO DE LEI QUE “DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

Na Função 10 – Saúde – 14. SMS – Fundo Municipal de Saúde  
Órgão/Unidade Responsável 14.01 – Fundo Municipal de Saúde

Modifica-se o seguinte projeto:

- *Construção e Implantação de Unidade de Saúde entre os Balneários de Guarapari ao Balneário de Canoas*

Sala das Sessões, 18 de junho de 2013.

  
**Beto Silva**  
Vereador

  
**Nega**  
Vereadora

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ  
**PROTOCOLO**  
Processo nº 613/13  
Data 18.06.2013  
Hora 11:10  
Recp. Jaqueline B.T



*Rejeitado*

# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**

*Estado do Paraná*

*Gabinete da Vereadora Cleonice*

EMENDA MODIFICATIVA Nº \_\_\_\_\_/2013

A Vereadora que a presente subscrive, em conformidade com o artigo 185 e §1º do Artigo 186 do Regimento Interno desta Casa de Leis e 148 da Lei Orgânica do Município de Pontal do Paraná, apresenta a seguinte **EMENDA AO PROJETO DE LEI QUE "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Na Função 04 – Administração 18 – Gestão Ambiental

Órgão/Unidade Responsável 13. Secretaria Municipal de Recursos Naturais

Modifica-se o seguinte projeto:

- *Construção e Implantação do Mercado de Pescado no Balneário Pontal do Sul*

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ  
PROTOCOLO

Processo nº 632/13  
Data 18.06.2013  
Hora 11:06  
Assin. Jaqueline B.T.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2013.

*Cleonice*

*Vereadora*



**CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
*Estado do Paraná*

**PROJETO DE LEI Nº.043/13.**

**SÚMULA:** "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2014 e dá outras Providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, EM SESSÃO REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2013, APROVOU E EU PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS PROMULGO O SEGUINTE PROJETO DE LEI.

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Ficam estabelecidas, em cumprimento aos dispositivos da Constituição Federal, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, e da Lei Orgânica do Município, as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, para o exercício de 2014, compreendendo:

- I - as prioridades, metas e despesa de capital da Administração Pública Municipal;
- II - as metas e os riscos fiscais;
- III - a organização e a estrutura dos orçamentos;
- IV - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**

*Estado do Paraná*

V - as disposições relativas à dívida pública municipal;

VI - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII - as disposições sobre a receita própria municipal e alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições gerais.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Art. 2º.** Em consonância com os princípios e determinações específicas da Constituição Federal, da Constituição do Estado do Paraná, da Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e, em especial, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, as metas e prioridades para o exercício de 2014 são as especificadas em anexo, que integra esta Lei.

**§ 1º** - As metas e prioridades, constantes do Anexo I, terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária do exercício de 2014, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

**§ 2º** - O Poder Executivo identificará, no projeto de lei orçamentária anual, por intermédio de projetos e de atividades, a programação que contemple as prioridades das metas para 2014.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**

*Estado do Paraná*

## **CAPÍTULO III**

### **DAS METAS E DOS RISCOS FISCAIS**

**Art. 3º.** As metas, as avaliações, os demonstrativos e os riscos fiscais estão definidos em anexos, que integram esta Lei.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 4º.** Para a finalidade da Organização e Estrutura dos Orçamentos, entende-se por:

- I – função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;
- II – subfunção, uma partição da função visando agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
- III – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- IV – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- V – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**

*Estado do Paraná*

VI – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

**§ 1º** - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

**§ 2º** - Cada atividade e cada projeto identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam.

**§ 3º** - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades ou projetos, e respectivos subtítulos com a indicação de suas fontes de recursos.

**Art. 5º.** A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, e da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, respeitadas as instruções normativas e as orientações de natureza técnica pertinentes, tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão da estimativa da receita:

I – fornecida pelos órgãos competentes quanto às transferências legais da União e do Estado;

II – projetada, no concernente aos tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a ser realizadas, considerando-se os efeitos de alterações na legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante.

**§ 1º** - Não será admitida reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, salvo erro ou omissão de ordem técnica e legal.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**

*Estado do Paraná*

§ 2º - As operações de crédito previstas não poderão superar o valor das despesas de capital constantes da proposta orçamentária.

**Art. 6º.** O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores de Pontal do Paraná, conforme estabelecido na Lei Orgânica Municipal, para caracterizar a respectiva lei, será constituído de:

I – mensagem de lei;

II – texto da lei;

III – quadros orçamentários consolidados, demonstrativos e anexos da receita e da despesa, estabelecidos pela Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000;

IV – anexos de investimentos, riscos e metas fiscais.

**Parágrafo único.** O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual – PPA, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos, bem como atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas de caráter continuado.

**Art. 7º.** Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

**Art. 8º.** Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e máximos:

I – as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos consoante o disposto no artigo 212 da Constituição Federal e Lei Federal nº. 9.424/96;





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**

*Estado do Paraná*

II – as despesas com saúde não serão inferiores a 15% (quinze por cento) em ações e serviços públicos de saúde, conforme dispõe no inciso III, do artigo 7º, definido na Emenda Constitucional nº 29/2000;

III – as despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal incluindo a remuneração de agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida;

IV – as despesas com pessoal do Poder Legislativo Municipal inclusive a remuneração dos agentes políticos, encargos patronais, proventos de inatividade e pensões não será superior a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável, nos termos da Emenda Constitucional nº 25/00;

V – a despesa total do Poder Legislativo será fixada em conformidade com o disposto no artigo 29-A da Constituição Federal;

VI – as despesas com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público, conforme disposto na Emenda Constitucional nº. 53/07 e respeitadas as Leis Federais nº.s 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.424, de 24 de dezembro de 1996, não serão inferiores a 60% (sessenta por cento) do total dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

V – As despesas com atividades e projetos ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, receberão no mínimo 2% (dois por cento) da receita proveniente das Transferências do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) ao Município de Pontal do Paraná no Exercício de 2014.

VII – O Município além das medidas acima adotará políticas para cumprimento dos Objetivos do Milênio.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**

*Estado do Paraná*

**Art. 12.** Será estimulada e assegurada aos munícipes de Pontal do Paraná a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimento de interesse local, mediante regular processo de consulta, viabilizada nas audiências públicas e itinerantes promovidas pelo Governo Municipal.

**Art. 13.** O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município e o respeito aos limites fixados pela Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, procederão à seleção das prioridades estabelecidas no Anexo I desta Lei a ser incluídas na proposta orçamentária de 2014, podendo, se necessário, incluir programas e projetos para ações não relacionadas, desde que financiados com recursos provenientes do excesso da arrecadação própria municipal, oriundos de outras esferas de Governo, ou do cancelamento de programas e projetos por prioridades justificadas.

**Art. 14.** Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas, as metas de receita e de despesas, estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, assegurando o equilíbrio entre receitas e despesas.

**Art. 15.** Para a elaboração do projeto de lei orçamentária, serão consideradas como unidades orçamentárias as que integram a estrutura administrativa existente ou suas alterações.

**Art. 16.** Desde que fundamentadas em dispositivos legais e pertinentes, poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou com dispositivos do texto do projeto de lei.

**Art. 17.** As emendas apresentadas pelo Poder Legislativo, que resultem em alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, serão apresentadas na forma e no nível de detalhamento estabelecido para a elaboração da lei orçamentária, respeitando o equilíbrio, as metas e justificando a prioridade.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**

*Estado do Paraná*

**Art. 18.** As emendas ao projeto de lei orçamentária anual somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com esta Lei;

II – indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre dotações de pessoal e seus encargos, serviço da dívida e recursos transferidos por outras esferas de governo, das estabelecidas na função Educação e Saúde.

**Art. 19.** A proposta orçamentária do Poder Legislativo Municipal, elaborada em conformidade com esta Lei, deverá ser encaminhada ao Poder Executivo Municipal, impreterivelmente, até o dia 31 de agosto de 2013, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2014.

**Art. 20.** A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2014 será encaminhada para apreciação e aprovação do Poder Legislativo até o dia 30 de setembro de 2013.

**Parágrafo único.** A proposta orçamentária deverá ter a estrutura de codificação de suas receitas e despesas de acordo com a padronização estabelecida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**Art. 21.** O orçamento municipal compreenderá as receitas e as despesas do Poder Executivo, do Poder Legislativo, das entidades da Administração Indireta e dos Fundos instituídos e mantidos pela Administração Pública, de modo a evidenciar a política e o programa de governo, obedecidos na sua elaboração os princípios da anualidade, da unidade, da universalidade, do equilíbrio, da exclusividade e da razoabilidade.





**CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
*Estado do Paraná*

**Art. 22.** Na lei orçamentária a discriminação das despesas quanto à sua natureza far-se-á por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, fonte de recurso e elemento de despesa, sendo que o controle por sub-elemento de despesa será efetuado no ato da realização do empenho, nos termos da legislação vigente.

**Parágrafo único.** Será permitida a elaboração do orçamento em nível de modalidade de aplicação no caso de tal procedimento ser legalmente permitido no momento da remessa da proposta orçamentária.

**Art. 23.** A lei orçamentária anual incluirá os seguintes demonstrativos:

- I – da receita, que obedecerá a legislação pertinente;
- II – da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;
- III – do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;
- IV – outros anexos previstos em lei, relativos à consolidação dos já mencionados anteriormente.

**Art. 24.** Se o projeto de lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2014 não for sancionado ou promulgado até o primeiro dia de janeiro do ano 2014, o Poder Executivo poderá executar a programação constante no Projeto de Lei Orçamentária de 2014, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, enquanto não se completar o ato sanção e promulgação.

**Art. 25.** Tendo por base o limite determinado pelo artigo 29-A, § 2º, da Constituição Federal, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo ser-lhe-ão repassados pelo Poder Executivo até o dia 20 (vinte) de cada mês, em conformidade com Cronograma de Desembolso aprovado.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**

*Estado do Paraná*

**Art. 26.** As despesas com o pagamento de precatórios judiciais, amortização da dívida consolidada, juros e encargos correrão à conta de dotações tecnicamente consignadas para esta finalidade, separando-se, para fins de inclusão no orçamento, as pertencentes ao Poder Executivo daquelas que são da responsabilidade do Poder Legislativo.

**Parágrafo único.** As dotações orçamentárias destinadas e aprovadas para precatórios judiciais, amortização da dívida consolidada, juros e encargos não poderão ser canceladas para abertura de crédito adicional com outra finalidade.

**Art. 27.** O Poder Executivo fica autorizado a repassar recursos pela concessão de Contribuições e Auxílios às entidades privadas sem fins lucrativos, conforme determinam o art. 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e a exigência do art. 26, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e a Resolução TCE/PR nº 28/2011 as quais regulamentam a concessão de contribuições e auxílios.

**§ 1º** Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar:

- I – declaração de funcionamento regular no último ano;
- II – comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria;
- III – cópia do ato de declaração de utilidade pública municipal;
- IV – comprovação de formação da Unidade de Gestão de Transferências Voluntárias – UGT da entidade, conforme Resolução TCE/PR nº 28/11; e
- V – apresentação da certidão liberatória do TCE/PR e do Município de Pontal do Paraná.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**

*Estado do Paraná*

VI – Plano de Trabalho do Programa ou Projeto de Execução, com responsável técnico ou coordenador.

**§ 2º** As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Órgão concedente e suas Unidades de Gestão de Transferências, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, conforme Plano de Trabalho Aprovado.

**Art. 28.** O Poder Executivo Municipal, observado o contido no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 29, desta Lei, incluirá no projeto de lei orçamentária as devidas alterações a ser processadas por Lei ou Decreto, durante a execução do orçamento, respeitada a tipicidade do procedimento e, quando for o caso, a fixação de limites percentuais em relação ao total da despesa autorizada.

**Art. 29.** Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a abrir no curso da execução orçamentária de 2014, créditos adicionais suplementares até o limite de 35% (trinta e cinco por cento), da despesa fixada no orçamento/2014;

**Art.30.** Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – incluir, nos elementos de despesas constantes da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2014, os recursos do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, de acordo com os saldos verificados em cada fonte, especificando o grupo de fontes de recursos – ID de uso “3”, conforme o disposto no artigo 43, § 1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo por base o que consta da Portaria nº. 447, da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda, e da Instrução Técnica nº. 38/2005, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Os valores adicionados ao orçamento/2014, em conformidade com as disposições deste artigo não serão computado para fins de limites de que trata o artigo 29;





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**

*Estado do Paraná*

II – Realizar abertura de Créditos Adicionais Suplementares à conta do excesso de arrecadação, considerando ainda a tendência do exercício, segundo as fontes de recursos, na forma do artigo 43 inciso I da Lei Federal nº. 4.320/64;

III – Fica o Poder Executivo autorizado a fazer transposição, remanejamento ou transferência de elementos e suplementos orçamentários nas mesmas ou entre unidades orçamentárias, como também, de atividades ou projetos da lei orçamentária vigente no exercício de 2014, como permite o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal;

IV – Os Créditos Adicionais Especiais autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2013, poderão ser reabertos no exercício de 2014, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, nos limites de seus saldos, conforme dispõe o inciso IX, § 2º, do artigo 167 da Constituição Federal.

V – A criar, alterar ou extinguir os códigos da destinação de recursos, composta por Identificador de Uso, Grupo de Destinação de Recursos e Fontes de Recursos, incluídos na Lei Orçamentária Anual para 2014 e em seus Créditos Adicionais.

VI – Incluir na Lei Orçamentária Anual para 2014, outras fontes de recursos para atender as suas peculiaridades.

**§ 1º** Para os efeitos desta Lei, aplicam-se as seguintes definições:

I – remanejamento: modalidade de realocação de recursos em sede intra-organizacional, ou seja, de um órgão para outro nos casos de reestruturações administrativas;

II – reestruturação administrativa: reforma administrativa de que resulte criação, extinção, fusão ou cisão de órgãos na estrutura organizacional do Poder Executivo.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**

*Estado do Paraná*

III – transferência: modalidade de realocação de recursos que ocorre dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho;

IV – transposição: modalidade de realocação de recursos que ocorre no nível de programas de trabalho, dentro do mesmo órgão.

§ 2º O valor adicionado ao orçamento em conformidade com o inciso IV do *caput* deste artigo não será computado para fins dos limites de que trata o artigo 29.

**Art. 31.** No decorrer da execução orçamentária, os quantitativos orçamentários poderão ser atualizados mensalmente, por ato do Poder Executivo, tomando por base o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier substituí-lo.

Parágrafo único. No caso de extinção e sem substituição do índice expresso no *caput* deste artigo, o Poder Executivo adotará o índice que tiver base de cálculo mais próxima deste.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 32.** Respeitadas as prioridades e limites definidos pela Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e considerando-se a capacidade financeira do Município, serão consignadas na proposta orçamentária dotações destinadas à amortização da dívida pública municipal e ao pagamento dos correspondentes encargos.

**Parágrafo único.** Na lei orçamentária, no que se refere às responsabilidades do Poder Executivo e do Poder Legislativo, serão consignados os recursos destinados à amortização do principal da dívida contratual, dos encargos e serviços e para pagamento das despesas decorrentes de parcelamentos efetuados com a Previdência Social – INSS e Contratos de Financiamentos que ocorrerem.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA**  
*Estado do Paraná*

**Art. 33.** O projeto de lei do orçamento anual poderá conter, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal.

**Art. 34.** A lei orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no artigo 38, da Lei Complementar nº. 101 de 4 de maio de 2000.

**Art. 35.** A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Planejamento, até 31 de julho, a relação dos débitos, constantes de precatórios judiciais a ser incluídos na proposta orçamentária anual, conforme determina o artigo 100, § 1º, da Constituição Federal, discriminada por ordem de precedência e por natureza jurídica, informando as requisições de pagamento recebidas até a presente data a serem incluídas na LOA 2014:

- a) TJ Ação 2320/2007 - Of. Requerimento 299805/2007 -  
Requisição Pagamento 00257/2008Data 26/05/2008.
- b) TJ Ação 224/2003 - Of. Requerimento 170162/2008 -  
Requisição Pagamento 00470/2008Data 05/08/2008.
- c) TJ Ação 188/2003 - Of. Requerimento 0170163/2008 -  
Requisição Pagamento 00574/2008Data 11/09/2008.
- d) TJ Ação 267/2003 - Of. Requerimento 0186165/2008 -  
Requisição Pagamento 00635/2008Data 31/10/2008.
- e) TJ Ação 97/2000 - Of. Requerimento 0167290/2008 -  
Requisição Pagamento 00666/2008Data 25/11/2008.
- f) TJ Ação 231/2003 - Of. Requerimento 170160/2008 -  
Requisição Pagamento 00021/2009Data 07/01/2009.
- g) TJ Ação 348/2006 - Of. Requerimento 34701/2009 - Requisição  
Pagamento 000299/2009Data 08/10/2009.
- h) TJ Ação 016/2005 - Of. Requerimento 10035/2009 - Requisição  
Pagamento 000481/2009Data 04/12/2009.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**

*Estado do Paraná*

- i) TJ Ação 0352/2005 - Of. Requerimento 18458/2009 - Requisição Pagamento 00000124/2010 Data 08/07/2010.
- j) TJ Ação 0235/2002 - Of. Requerimento 9002/2009 - Requisição Pagamento 00000124/2010 Data 08/07/2010.
- k) TJ 000732-93.2006.8.16.0116 - Of. Requerimento 900366/2012 - Requisição Pagamento 0086/2013 Data 16/04/2013.
- l) TRT9 Autos 01329-2005-322-09-00-3/2011 - Cronologia 20/06/2011.
- m) TRT9 Autos 00486-2002-322-09-00-9 - Cronologia 06/03/2012.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 36.** As despesas com pessoal e encargos sociais do Município ficam limitadas aos percentuais da receita corrente líquida, atendendo ao disposto na Constituição Federal, na Emenda Constitucional nº. 19/98 e, principalmente, ao que consta dos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 37.** Observado o que dispõe a Constituição Federal e o limite estabelecido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, será admitida a instituição, a concessão e o aumento de qualquer vantagem pecuniária ou remuneração, aprovados por lei municipal específica.

**Art. 38.** Ficam os Poderes Executivo e Legislativo Municipal autorizado a proceder ao preenchimento das vagas existentes em seus respectivos quadros de servidores públicos municipais, inclusive as ocasionada por demissões, aposentadorias, morte e invalidez permanente.

Parágrafo único. Para cumprimento deste artigo, o Poder Executivo e Legislativo Municipal fica autorizado a realizarem, se forem o caso, concursos públicos para as admissões do pessoal necessário.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**

*Estado do Paraná*

**Art. 39.** Ficam os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, autorizados a procederem à reposição salarial dos servidores públicos do Município, tendo por base, à variação do INPC ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, desde que sejam atendidas as condições previstas pelos artigos 8º e 36 desta Lei e demonstrada a existência de disponibilidade financeira para tanto e respeitados os limites da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 40.** Objetivando evitar a paralisação de serviços essenciais à comunidade, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, quando for o caso, à contratação temporária, nos termos do disposto no inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal, de servidores destinados às áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA PRÓPRIA MUNICIPAL E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 41.** As receitas próprias municipais terão suas fontes e valores revisados e atualizados, considerando-se os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar sua produtividade e rendimento.

**Parágrafo único.** Objetivando ajustar, atualizar e melhorar a receita própria municipal será adotado os seguintes procedimentos:

I – revisão dos cadastros fiscais do Município e sua modernização visando à atualização e à expansão do número de contribuintes bem como a exclusão de cadastro de lançamento de áreas pertencentes a órgão governamentais, entidades e área de preservação ambiental, de acordo com a legislação pertinente;

II – revisão da Legislação Tributária de forma a instituir maior justiça fiscal e permitir o atendimento das demandas da sociedade;



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**

*Estado do Paraná*

III – revisão das isenções e de outros benefícios fiscais, visando ao integral respeito, principalmente, aos princípios constitucionais da igualdade, do tratamento isonômico, da justiça fiscal e às determinações da legislação federal complementar;

IV – cobrança dos débitos inscritos ou não em dívida ativa;

V – Quanto à renúncia, o Município observará o contido no artigo 14, da Lei Complementar 101/2000, evitando a concessão de anistia, remissão e isenção, que possam influenciar o desempenho de arrecadação do Município;

VI – A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício, de natureza tributária ou financeira, somente poderá ser aprovada, caso indique a estimativa de renúncia de receita e as despesas em idêntico valor, que serão anulados, inclusive as transferências e vinculações constitucionais.

**Art. 42.** O montante previsto para as receitas de operações de crédito se for o caso, não poderá ser superior ao das despesas de capital constante do projeto de lei orçamentária.

**Art. 43.** A modificação da estimativa da receita constante da proposta orçamentária, por parte do Poder Legislativo Municipal, só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

## **CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 44.** O Poder Executivo Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2014, por Decreto, deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do disposto no artigo 8º e 13 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**

*Estado do Paraná*

**Art. 45.** Ocorrendo a necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para atingir o equilíbrio entre receita e despesa, serão fixados separadamente percentuais de limitação para o conjunto de projeto e de atividades, sendo calculada de forma proporcional à participação dos Poderes Executivo e Legislativo em cada um dos conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

**§ 1º** O Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo Municipal o montante que deverá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, acompanhado da memória de cálculo, dos parâmetros e da justificativa do ato.

**§ 2º** O Poder Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes, calculados na forma do *caput* deste artigo, que ficarão indisponíveis nas respectivas dotações para fins de empenho e de movimentação financeira.

**Art. 46.** Entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, do artigo 16, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II, do artigo 24, da Lei Federal nº. 8.666/93.

**Art. 47.** São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**Art. 48.** A lei orçamentária estabelecerá autorização ao Poder Executivo para, sendo o caso, firmar contratos de gestão, celebrar acordos com as Organizações Não Governamentais e convênios com outras entidades sem fins lucrativas legalmente instituídas.





**CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
*Estado do Paraná*

**Art. 49.** Respeitada a finalidade de execução conjunta dos programas de trabalho que beneficiem a população de Pontal do Paraná, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a firmar convênios, contratos de repasse, termo de adesão, acordos e ajustes, no sentido de contribuir, por intermédio de dotações a ser consignadas e classificadas no orçamento anual como "contribuições", "subvenções" e "auxílios", para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação ou de seu orçamento, seus fundos e órgãos.

**Art. 50.** É vedada a inclusão, na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e de subvenção social para entidades privadas com fins lucrativos.

**Art. 51.** Fica vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, da concessão de auxílio ou subvenção social às associações, clubes ou sindicatos de servidores.

**Art. 52.** A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerá, preferencialmente, aos critérios estabelecidos pelos programas sociais do Governo Federal que originam os recursos a ser aplicados, e, no caso de recursos próprios do Município, será precedida da comprovação do estado de necessidade dos beneficiados.

§ 1º - Serão consideradas como carentes pessoas cuja renda *per capita* mensal não ultrapasse, na média dos últimos 12 (doze) meses, o valor correspondente a 05 (cinco) UFM – Unidade Fiscal do Município por indivíduo que compõe a família.

§ 2º - Independência de comprovação de renda a concessão de auxílios em casos de emergência ou calamidade públicos assim declarados por ato do Chefe do Poder Executivo e ratificados pelo Governo do Estado do Paraná.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
*Estado do Paraná*

**Art. 53.** Os valores das metas fiscais em anexo devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2014.

**Art. 54.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Professor Getúlio Serafim do Nascimento, em 26 de Junho de 2013.

**CARLOS ROBERTO DA SILVA**  
Presidente





Programas/Atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo									
X. MUNICÍPIO DE		INICIAL	ALTERAÇÃO		EXCLUSÃO		INCLUSÃO		
FUNÇÃO 02 Judicial		03 Essencial e Jovem	PONTAL DO PARANÁ						
			001 - Ação Judicial						
			002 - Defesa do Interesse Público no Processo Judicial						
ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL			01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO				001 - Defesa do Cidadão		
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL			07-01 - PROCURADORIA GERAL						
OBJETIVOS		DEFESA DOS INTERESSES DO MUNICÍPIO - Prestação de serviços e posturas de defesa do Município na esfera administrativa de controle e judicial							
MANUTENÇÃO PROGRAMAS/ATIVIDADES/INVESTIMENTOS		<p>Parcerias Jurídicas e manifestações</p> <p>Formulação e Revisão da legislação Municipal</p> <p>Contribuição de diligências das Santórias, pagamento de precatórios e extensões judiciais</p> <p>Manter e expandir o acervo da biblioteca jurídica</p> <p>Promover Capacitação dos servidores</p> <p>Manter e ampliar quadros de servidores e estagiários</p> <p>Manutenção e desenvolvimento de atividades e posturas jurídicas, aplicação de posturas e serviços</p> <p>Manifestação, representação e defesa dos interesses do Município em todos órgãos e esferas de Administração</p> <p>Defesa dos interesses do Município frente o Poder Judiciário</p> <p>Representar o Município nos órgãos de Controle</p> <p>Representar o Município nas Ações de ordem judicial</p> <p>Execução Fiscal das O.A. registradas pela SPT Parcerias Públicas/Privada - Condições - captação de recursos para projetos</p> <p>Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aplicação de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos de defesa dos interesses do Município</p> <p>Condições, quadros e substituições com instituições sem fins lucrativos</p>							
PROJETOS									
METAS		VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS							
QUANT		1							
Indicador		Social							
METAS		2014							
QUANT		840.000,00							
Indicador		Social							

[illegible]

Programas, atividades e Projetos e Investimentos por órgão do Governo				
MUNICÍPIO DE	INICIAL	ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO	INCLUSÃO
FUNÇÃO 04 - Administração 09 - Previdência Social				
ADMINISTRAÇÃO GERAL 122 - Administração Geral 126 - Tecnologia da Informação 128 - Formação de Recursos Humanos 130 - Administração de Concessões				
ORGANIDADE RESPONSÁVEL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
03.01 - DIRETORIA GERAL				
MANUTENÇÃO AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO - POLÍTICAS PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO - Preservação de Serviços Administrativos				
OBJETIVOS				
<p>Realizar a Associação de Servidores</p> <p>Gerar o Fundo Previdenciário</p> <p>Plano de Saúde para os servidores</p> <p>Assistência ao servidor</p> <p>Regime próprio de previdência</p> <p>Realização de concursos públicos</p> <p>Contratação de servidores em regimes diversos</p> <p>Capacitação de Recursos Humanos</p> <p>Contratação de Consultoria</p> <p>Criação do Programa de Saúde do Trabalhador</p> <p>Criação do Fundo de Previdência Próprio</p> <p>Capacitação de servidores</p> <p>Realização de Concursos Públicos, contratações temporárias e testes seletivos</p> <p>Reformar o plano de cargos e salários</p> <p>Treinamento, capacitação e formação de servidores - Planilhas e contratos instituições educacionais</p> <p>Promoção à saúde do servidor</p> <p>Leilão de insináveis</p> <p>Sistema Gerenciamento Patrimonial</p> <p>Sistema de gerenciamento de Recursos Humanos</p> <p>Sistema de gerenciamento almoxarifado, compra e contratos de estoque</p> <p>Criação da CPA</p> <p>Aperfeiçoamento e implantação Portal da Transparência -</p> <p>Convênios, auxílios e subvenções com instituições sem fins lucrativos</p> <p>Desempenhamento de Políticas Públicas de Administração Geral, aquisição produtos e serviços;</p> <p>Contratações temporárias credenciamentos de prestadores de serviços de pessoa física e jurídica</p> <p>Manutenção dos serviços públicos administrativos e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos da administração pública</p>				
MANUTENÇÃO PROGRAMÁTICA TIRADAS INVESTIMENTOS				
PROJETOS				
<p>Implementação Internet Gratuita no Município -</p> <p>R\$ 250.000,00</p>				
Perímetros (ufers)				
INDICADORES				
METAS				
INDICADORES 1				
VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS				
INDICADORES 1				
VALOR GLOBAL PROJETOS				
2014				
250.000,00				



Programas/atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo

MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE		MUNICÍPIO DE	
--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--

Programas/atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo

X		MUNICÍPIO		ALTERAÇÃO		EXCLUSÃO		INCLUSÃO	
MUNICÍPIO DE		PONTAL DO PARANÁ							
FUNÇÃO : 04 Administração Geral									
UNIDADE RESPONSÁVEL		ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA/ENCARGOS/AMORTIZAÇÕES - 123 - Administração Financeira 123 - Administração de Recursos							
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL		04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS							
		04.01 - DIRETORIA GERAL							
OBJETIVOS		<p>MANUTENÇÃO E AÇÕES DE FINANÇAS PÚBLICAS, RENDAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS - Prestação de Serviços Financeiros e da Fazenda Pública</p> <p>Aperfeiçoamento e treinamento de funcionários</p> <p>Contribuição da pessoa) na área de fiscalização tributária e contabilidade</p> <p>Geo-processamento de imóveis no Município</p> <p>Criar Grupo Especial de Trabalho para implantação de Projeto para incrementar a receita municipal</p> <p>Criar Programa "Peça Nota Fiscal" - pontos ao contribuinte - desconto no IPTU</p> <p>Revisão e reforma do código tributário</p> <p>Desenvolvimento de software para sistema de NFs eletrônicas e DESS</p> <p>Aquisição de softwares</p> <p>Aquisição de equipamentos</p> <p>Comprometo de obrigações legais</p> <p>Manutenção e Desenvolvimento de políticas públicas financeiras, aquisição de bens, produtos e serviços;</p> <p>Prestação Pública/Privada - Contratação - captação de recursos para projetos</p> <p>Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos financeiros e para o cumprimento de obrigações legais e recuperação fiscal</p> <p>Contratação, análise e subscrituras com instituições sem fins lucrativos</p>							
PROJETOS									
METAS		VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS							
QUANT	1								2014
Indicador	Receitas								965.000,00
METAS									
QUANT	1								
Indicador	Receitas								
VALOR GLOBAL PROJETOS									

Programas/Atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo

2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576	577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600	601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624	625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648	649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696	697	698	699	700	701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720	721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744	745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768	769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792	793	794	795	796	797	798	799	800	801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816	817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840	841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888	889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900	901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912	913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936	937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960	961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008	1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017	1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026	1027	1028	1029	1030	1031	1032	1033	1034	1035	1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044	1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053	1054	1055	1056	1057	1058	1059	1060	1061	1062	1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071	1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080	1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089	1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098	1099	1100	1101	1102	1103	1104	1105	1106	1107	1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116	1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125	1126	1127	1128	1129	1130	1131	1132	1133	1134	1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143	1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152	1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161	1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170	1171	1172	1173	1174	1175	1176	1177	1178	1179	1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188	1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197	1198	1199	1200	1201	1202	1203	1204	1205	1206	1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215	1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224	1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233	1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242	1243	1244	1245	1246	1247	1248	1249	1250	1251	1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260	1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269	1270	1271	1272	1273	1274	1275	1276	1277	1278	1279	1280	1281	1282	1283	1284	1285	1286	1287	1288	1289	1290	1291	1292	1293	1294	1295	1296	1297	1298	1299	1300	1301	1302	1303	1304	1305	1306	1307	1308	1309	1310	1311	1312	1313	1314	1315	1316	1317	1318	1319	1320	1321	1322	1323	1324	1325	1326	1327	1328	1329	1330	1331	1332	1333	1334	1335	1336	1337	1338	1339	1340	1341	1342	1343	1344	1345	1346	1347	1348	1349	1350	1351	1352	1353	1354	1355	1356	1357	1358	1359	1360	1361	1362	1363	1364	1365	1366	1367	1368	1369	1370	1371	1372	1373	1374	1375	1376	1377	1378	1379	1380	1381	1382	1383	1384	1385	1386	1387	1388	1389	1390	1391	1392	1393	1394	1395	1396	1397	1398	1399	1400	1401	1402	1403	1404	1405	1406	1407	1408	1409	1410	1411	1412	1413	1414	1415	1416	1417	1418	1419	1420	1421	1422	1423	1424	1425	1426	1427	1428	1429	1430	1431	1432	1433	1434	1435	1436	1437	1438	1439	1440	1441	1442	1443	1444	1445	1446	1447	1448	1449	1450	1451	1452	1453	1454	1455	1456	1457	1458	1459	1460	1461	1462	1463	1464	1465	1466	1467	1468	1469	1470	1471	1472	1473	1474	1475	1476	1477	1478	1479	1480	1481	1482	1483	1484	1485	1486	1487	1488	1489	1490
---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------



Programas, atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo

MUNICÍPIO DE		INICIAL	ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO	INCLUSÃO
FUNÇÃO : 04 - ADMINISTRAÇÃO					
ORGANIZAÇÃO DE RESPONSABILIDADE		PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E GESTÃO 121 - Planejamento e Orçamento			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL		04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO			
		DE 01 - DIRETORIA GERAL			
OBJETIVOS		AÇÕES DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO MUNICÍPIO - Prestação de serviços e políticas de Planejamento Urbano, planejamento e de desenvolvimento econômico e social			
MANUTENÇÃO PROGRAMÁTICA/ATIVIDADES/INVESTIMENTOS		<p>Desenvolvimento de políticas públicas de planejamento urbano e gestão orçamentária visando a melhoria na prestação de serviços públicos, aquisição de bens, produtos e serviços</p> <p>Estabelecer diretrizes para o crescimento ordenado do meio ambiente urbano, disponibilizar informações e articular ações municipais visando o desenvolvimento sustentável de Ponta do Paraná</p> <p>Criar Equipe de Gestão de Convênios</p> <p>Aquisição de equipamentos de multi mídia para Audiências Públicas</p> <p>Criar Programa de Orçamento Participativo</p> <p>Formação e Capacitação de servidores - Especializações/Cursos</p> <p>Coordenação e Elaboração dos Planos Municipais</p> <p>Elaboração do Orçamento Público - PPAL/DO/04 e alterações</p> <p>Aprovisionamento estratégico das funções e atribuições das secretarias e servidores</p> <p>Revisão e alterações da legislação municipal</p> <p>Gestão do Plano Diretor e dos estudos de impacto de vizinhança</p> <p>Produção e o gerenciamento de informações georreferenciadas</p> <p>Criar Núcleo de pesquisa de planejamento urbano</p> <p>Execução e Coordenação de projetos e programas do Município Parcerias Público/Privada - Convênios - captação de recursos para projetos</p> <p>Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos para o desenvolvimento planejado e sustentável do Município</p> <p>Convênios, auxílios e subvenções com instituições sem fins lucrativos</p>			
PROJETOS		aquisição de veículos			
METAS		VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS			
QUANT		1			
INDICADOR		Execução			
METAS		2014			
QUANT		1.250.000,00			
INDICADOR		Execução			



Programas/Atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo

X	MUNICÍPIO DE	INICIAL	ALTERAÇÃO		EXCLUSÃO		INCLUSÃO	
			PONTAL DO PARANÁ					
	FUNÇÃO 04 - Administração 18 - Urbanismo		OBRAS E URBANISMO 122 - Administração Geral 431 - Infra-Estrutura Urbana 432 - Serviços Urbanos 433 - Transportes Coletivos Urbanos 792 - Transporte Rodoviário					
	UNIDADE RESPONSÁVEL		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO					
	CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL		11.01					

DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIRIAS E URBANISMO, INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO URBANÍSTICA DO MUNICÍPIO						
OBJETIVOS						
	Desenvolvimento e gestão de políticas públicas de manutenção das áreas urbanas, aquisição de bens, produtos e serviços					
MANUTENÇÃO PROGRAMADA/INVESTIMENTOS	<p>Urbanização de áreas de ocupações informais</p> <p>Projeto e gestão do Projeto Orla marítima</p> <p>Implementação e melhorias urbanísticas e arquitetônicas no centro comercial visando à revitalização marítima</p> <p>Regulamentação obras para sustentabilidade urbana</p> <p>Implantação de obras públicas com mobilidade urbana</p> <p>Reestruturação dos ângulos públicos com adaptações e mobilidade</p> <p>Criação de parques e jardins públicos</p> <p>Implantação de sistemas de reaproveitamento de água, energia solar e iluminação natural nos prédios públicos</p> <p>Manutenção dos serviços urbanos de coleta, remoção e disposição final do lixo urbano</p> <p>Manutenção dos serviços urbanos de limpeza urbana</p> <p>Manutenção dos serviços de iluminação pública</p> <p>Manutenção dos serviços de rede de esgoto, coleta, cotas de árvores e adequação espaço urbano</p> <p>Ampliação serviços públicos urbanos e rurais</p> <p>Manutenção dos serviços de conservação de ruas, estradas, logradouros e vias públicas urbanas e rurais</p> <p>Ampliação Alvaro Sotillo e serviços de CMA</p> <p>Fiscalização e manutenção em obras públicas e privadas Manutenção serviços de cadastro, inscrição, aprovação e análise de projetos e obras, desmembramentos, loteamentos, regularizações e inscrições imobiliárias. Georreferenciamento e estudos de cadastramento e recadastramento imobiliário</p> <p>Projetos de investimento para promessas de Transferências Voluntárias junto ao Governo Federal e Estadual</p> <p>Parcerias Público/Privada - Condições - captação de recursos para projetos</p> <p>Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos urbanos e rurais</p>					
PROJETOS	<p>Revitalização e construção da Garagem Municipal - Bairro São Francisco</p> <p>Aquisição de Oficinas e Barracões - Bairro São Francisco</p> <p>Aquisição de máquinas e equipamentos</p> <p>Contribuição e manutenção de pontes, portões e passarelas</p> <p>Contribuição e revitalização do Terminal de Estaque de Ita do Mar - Bairro São Francisco</p> <p>Contribuição de Piers e Terminais de embarcações/Contribuição de pontos de ônibus coletivos</p> <p>Criação, ampliação e revitalização de praças públicas Contribuição de Memórias (praça em memória - Início antiga camébara)</p> <p>Contribuição de Terminal Rodoviário - Bairro São Francisco</p> <p>Ampliação de Rede de Iluminação Pública -</p> <p>Instalação de Super Pontes</p>					
	<p>Criação de programas de incentivo à edificação sustentável</p> <p>Programas de responsabilidade social com empresas e indústrias</p> <p>Revitalização de canteiros de coleta de lixo</p> <p>Sistema de Resíduos sólidos - limpeza de reservatórios de retenção e melhoria do sistema de coleta de lixo</p> <p>Melhoria do sistema e vertido de lixo público</p> <p>Revitalização e urbanização do Alvaro Sotillo</p> <p>Implantação de Projeto de Sinalização Viária</p> <p>Reformulação da malha viária municipal</p> <p>Aquisição de placas e sinalização viária adequada à acessibilidade</p> <p>Implantação de semáforos e lombadas eletrônicas</p> <p>Manutenção e Revitalização da Rede de Iluminação Pública</p> <p>Implantação do sistema municipal de transporte</p> <p>Contribuição de Sistema de Fiscalização do Transporte Coletivo Municipal</p> <p>Conservação, Manutenção e Revitalização dos bens próprios do Município - móveis e imóveis - aquisição de bens, produtos e serviços</p>					
VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO/INVESTIMENTOS				2014		
QUANT				6.310.000,00		
VALOR GLOBAL PROJETOS				2014		
QUANT				1.395.457,00		



Programas/Atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo

INICIAL	ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO	INCLUSÃO
MUNICÍPIO DE	PONTAL DO PARANÁ		
FUNÇÃO DE			
FUNÇÃO DE - Administração 18 - Gestão Ambiental 20 - Agricultura			
ORGANISMO DE RESPONSABILIDADE			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL			
	13.01 - DIRETORIA GERAL		

OBJETIVOS	DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PROMOÇÃO A AGRICULTURA E A PESCA
MAUTENÇÃO PROGRAMATICA/INVESTIMENTOS	<p><b>EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERENCIAMENTO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, COM DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE - AQUISIÇÃO DE BENS, PRODUTOS E SERVIÇOS</b></p> <p>Atividades: Campanhas de conscientização da população e visitantes; Monitoramento da biodiversidade do rio, Realização de Congressos; Formação dos Planos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental; Apoio e manutenção Conselho Municipal de Meio Ambiente; Apoio a instituições ambientalista; Regularização e administração do Fundo Municipal do Meio Ambiente; Criar e colocar em prática projetos e programas de sustentabilidade; Oferecer cursos e palestras, visando orientar nossa população sobre as técnicas da defesa preservação ambiental;</p> <p>Estabelecer parcerias entre Instituições e as escolas municipais e as empresas estabelecidas, bem como com a UFPR Apoio a Pesquisas ambientais; Sinalização Ambiental - informação legislação municipal; Cadastro e catalogação da flora e fauna local; Estudos de impacto ambiental; Criar e desenvolver programas de Responsabilidade Social das Empresas/Industriais; Fiscalização das EMB's - Estações de Radiação; Recuperação de áreas degradadas; Programas de controle e gestão do lixo reciclável; Políticas públicas - aquisição de bens, produtos e serviços; Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos ao meio ambiente, recursos naturais, pesca e agricultura;</p> <p>Projeto para instalação de: Aquisição de Veículos -</p> <p>Construção e Implantação de Posto de Conscientização Ambiental - Balastrões; Mantejas, Prata de Lixo, Seta Termônica, Igarapé, Shalangi e Pontal do Sul; Construção e Implantação do Mercado do Pescado - Balastrões Prata de Lixo e Guarapari - Shalangi e Pontal do Sul (contrapartida); Aquisição da máquina que beneficia os restos dos peixes - Aquisição de máquinas de gelo; Construção e Implantação de Cozinha Industrial e Restaurante do Pescador - Balastrões (contrapartida)</p>
PROJETOS	<p>R\$ 23.300,00</p> <p>R\$ 18.000,00</p> <p>R\$ 9.000,00</p> <p>R\$ 8.000,00</p> <p>R\$ 4.300,00</p> <p>10.000,00</p>
	<p>Criação Horto Florestal - R\$ 2.000,00 - Balastrões</p> <p>Shalangi (contrapartida)</p> <p>Reforma e preservação Parque Rio Piquete - R\$ 10.000,00 (contrapartida)</p> <p>Reforma, Construção, Reabilitação, Ampliação e adequação do Sistema Muratório (Camarões, Cárteres Muratórios, Capelas) - R\$ 75.000,00 - (conforme Licença Ambiental)</p> <p>Uniformização da Fiscalização Ambiental - R\$ 2.000,00</p>

VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS
2014
38.000,00
VALOR GLOBAL PROJETOS
2014
180.000,00

Programas/Atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo				
2	MUNICÍPIO DE	INICIAL	ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO
			PONTAL DO PARANÁ	
				INCLUIÇÃO
FUNÇÃO 08 - Assistência Social 11 - Trabalho				
ASSISTÊNCIA SOCIAL 122 - Administração Geral 244 - Assistência Comunitária 332 - Nucleos de Trabalho				
333 - Empregabilidade 324 - Fomento ao Trabalho				
DE - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES DO TRABALHO				
DE 01 - DIRETORIA GERAL				
OBJETIVOS				
DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E MANUTENÇÃO DE AÇÕES SOCIAIS - Prestação de serviços e políticas de assistência social				
Desenvolvimento e execução de políticas de assistência social, aquisição de bens, produtos e serviços				
Aquisição de equipamentos para os conselhos e fundos municipais instituídos				
Realização de concurso público e desenvolvimento social e econômico, aquisição de bens, produtos e serviços.				
(bens, vícios, e outros) para estruturação da biblioteca dos Trabalhadores do SUAS.				
social direti				
Realização de Conferências e manutenção dos conselhos de controle social				
Distribuição de materiais e serviços				
Manutenção dos programas sociais do Governo Federal e Estadual - cumprimento de obrigações legais				
Pessoas Públicas/Privada				
Regulamentação de alíquotas				
Convênios - captação de recursos para projetos				
Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais.				
serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos em assistência social e de promoção ao trabalho e a renda				
Aquisição de veículos				
PROJETOS				
Parcerias Públicas/Privada				
Aquisição de bens, produtos e				
Desenvolvimento de políticas				
Aquisição de Material Técnico				
Desenvolvimento de programas e projetos para políticas de assistência				
Rafaela, ampliação e revitalização projetos de ação social				
VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS				
VALOR GLOBAL PROJETOS				
132 322,00				
2014				
2014				

Programas/Atividades e Propostas/Investimentos por Órgão do Governo				
7	MUNICÍPIO DE	REGIÃO	ALTERAÇÃO FONTE DO PARÂMETRO	EXCLUSÃO
FUNÇÃO DE - Assessoria Social				INCLUSÃO
ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL				
DE FÓRUM MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
08.02 - Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - AMASSAR				
OBJETIVOS				
DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - Prestação de serviços e políticas de proteção à criança e ao adolescente				
Manutenção e revitalização do abrigo para criança e adolescente, aquisição de bens, produtos e serviços;				
Fortalecimento de núcleo familiar proporcionando momentos de interação e troca afetiva entre avós e seus familiares;				
Aquisição de materiais de limpeza e higiene pessoal (sabão, lenço umedecido, sabonete infantil, e outros);				
Atuação e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, manutenção de atividades e ações, concessões e sede do Conselho;				
Realização de cursos de capacitação em profissões que trabalhem na área social bem como dos conselhos municipais;				
Apresentar as atividades do Conselho Municipal;				
Políticas de Atendimento à Criança e Adolescente sob coordenação da CMOCA (PMF-PAEF);				
Execução de projetos e ações previstas no plano municipal e no ECA;				
Equipamentos, móveis e materiais permanentes aos locais de desenvolvimento de políticas de proteção;				
Instituições sem fins lucrativos;				
Parcerias Público-Privada - Condições - captação de recursos para projetos;				
Programas de fortalecimento de comitês comunitários em espaços públicos para crianças e adolescentes atendidos em medidas de proteção;				
Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários para o bom andamento dos serviços para proteção e bem estar social da criança e adolescente				
Consórcio e implantação da Sede do Conselho Tutelar				
VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS				
QUANT. Indicador	2014	2014	2014	2014
QUANT. Indicador	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
VALOR GLOBAL PROJETOS				
QUANT. Indicador	2014	2014	2014	2014
QUANT. Indicador	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00



[illegible]

Programas/atividades e Propriedades/Investimentos por Órgão de Governo									
X MUNICÍPIO DE		INICIAL	ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO	INCLUSÃO				
FUNÇÃO III - Assistência Social									
ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL									
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL									
DE SA - FMS									
OBJETIVOS									
DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA		Atuação, manutenção e instalação de Academias ao Ar Livre e de outras equipamentos para atividades físicas de idosos							
Garantir a operacionalização do Conselho e Fundo Municipal dos Direitos do Idoso									
Execução de Programas, Projetos e Ações aos idosos com desenvolvimento de políticas de proteção e valorização, aquisição de bens, produtos e serviços									
Implantação de programas de grupos de convivência e oficinas culturais Parcerias Público/Privada - Convênios - captação de recursos para projetos Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos de proteção e bem estar social do idoso Convênios, auxílios e subvenções com instituições sem fins lucrativos		Instituições sem fins lucrativos Ampliação do Centro de Convivência do Idoso							
PROJETOS		Convênios, auxílios e subvenções com instituições sem fins lucrativos Batalhão Shanghai							
METAS		VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS							
QUANT	Indicador	Previsão	2014						
VALOR	Indicador	Previsão	100.000,00						
QUANT	Indicador	Previsão	2014						
VALOR	Indicador	Previsão	80.000,00						

Programas/atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo				
MUNICÍPIO DE	RECEITA	ALTERAÇÃO		EXCLUSÃO
		PONTA DO PIRARÁ		
FUNÇÃO 10 - Saúde				
ORGÃO/UNIDADE RESPONSÁVEL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
OBJETIVOS				
MANUTENÇÃO PROGRAMAS/ATIVIDADES/INVESTIMENTOS	DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS SOB A COORDENAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE			
	Desenvolvimento e Execução de Políticas Públicas de promoção à Saúde Pública: aquisição de bens, produtos e serviços ATENÇÃO BÁSICA Criar Departamento Programa de Ocorrências em Saúde Formação e Capacitação de servidores - Especializações/cursumos Coordenação e Elaboração dos Planos Municipais de Saúde Elaboração do Relatório Público - PPAL/DOLDA integrados com o SAPIQSUS e CMS Aperfeiçoamento estratégico das funções e atribuições dos Servidores Implementação e desenvolvimento da infraestrutura dos Prontuários Médicos Único Municipal, Controle de Estoque de medicamentos, insumos e limpeza. Criar sistema cruzamento de dados e elaboração de Diagnóstico de Saúde do município Realização do Laboratório Municipal de Análises Clínicas, com readequação do espaço físico e aquisição de equipamentos. - Aquisição de equipamentos hospitalares e laboratoriais Participação nas políticas de saúde pública do Governo estadual e Federal. Gerenciamento e execução programas PDs, Centros e parcerias para atendimento de programas de saúde - SAMUCOLIPA e outros Parcerias Público/Privada - Convênios - captação de recursos para projetos Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos de saúde e qualidade de vida			
PROJETOS	Construção e Implantação de Unidade de Saúde (recursos fundo e fundo)			
	Saúde (recursos fundo e fundo) (contrapartida) Bônus de Incentivo			
Ampliação de Farmácia Municipal - Bônus de Incentivo				
Bônus de Incentivo - (contrapartida)				
VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS				
QUANT	Indicador	2014	2014	
QUANT	Indicador	9.193.811,67	9.193.811,67	
VALOR GLOBAL PROJETOS				
QUANT	Indicador	2014	2014	
QUANT	Indicador	315.360,00	315.360,00	



Programas/Atividades e Investimentos por Órgão do Governo				
X	MUNICÍPIO DE	RAZÃO	ALTERAÇÃO FONTE DO PARÂMETRO	EXCLUSÃO
FUNÇÃO 13 - Educação 14 - Administração Geral				
ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
OBJETIVOS				
DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - Prestação de serviços e políticas de desenvolvimento e melhoria da educação básica				
Adaptação de todos os prédios públicos aos padrões legais de acessibilidade. Aquisição de móveis e equipamentos para todos os prédios de educação. Manutenção e reforma dos bens móveis e imóveis da Educação. Implementação, desenvolvimento e apoio às ações de formação continuada dos profissionais da educação. Manutenção e ampliação de Convênios com Instituições/Órgãos Públicos e Privados. Implementação, desenvolvimento e apoio às ações de formação continuada dos profissionais da educação. Elaboração de material didático e de apoio próprio para implementação e distribuição. Apoio às instituições parceiras para a educação profissional. Contratação, manutenção e ampliação de Convênio para contratação de estagiários e menores aprendizes. Convênios e parcerias com Instituições de Ensino Superior para formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Manutenção, ampliação e apoio ao desenvolvimento dos polos esportivos que visam a formação de atletas. Manutenção, ampliação e apoio e desenvolvimento de polos artísticos e culturais visando o desenvolvimento integral do aluno. Legalização e formalização da Escola em Tempo Integral ampliação serviço. Acompanhamento e manutenção dos Conselhos (CAE, FUNDEC, CME e Conselhos Escolares). Apoio e formação de conselheiros. Implantação de sede administrativa para os Conselhos. Parcerias Públicas/Privadas - Convênios - captação de recursos para projetos - Realização de Concursos públicos, testes seletivos e contratações temporárias. Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos para a educação.				
MANUTENÇÃO PROGRAMADA/INVESTIMENTOS				
Aquisição de veículos				
Reforma, ampliação e implantação dos projetos da SIMED				
adequação atual prédio da sede da SIMED - Bairro São Sebastião (início da obra)				
PROJETOS				
R\$ 50.000,00				
R\$ 100.000,00				
R\$ 100.000,00				
R\$ 100.000,00				
VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO/INVESTIMENTOS				
2014				
2.177.876,36				
VALOR GLOBAL PROJETOS				
2014				
265.900,00				

[illegible]

Programas, atividades e investimentos por Órgão do Governo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				
FUNÇÃO 12 - Educação				
EDUCAÇÃO INF - Educação Infantil				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				
10.03 - ENSINO INFANTIL				
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				
UNIDADE RESPONSÁVEL				

OBJETIVOS	PROJETOS	VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS	
		2014	2014
MANUTENÇÃO PROGRAMAS/ATIVIDADES/INVESTIMENTOS	Manutenção da Merenda Escolar Ensino Infantil Implantação de Concurso para incentivos às boas práticas de manipulação de alimentos Manutenção dos projetos de educação infantil Curso de capacitação para professores Implantação de CMEI no bairrinho Via Nova Aquisição de Material Permanente Ampliação e reforma dos Centros de Educação Infantil Distribuição de uniformes e kits escolares Instalação de áreas de recreação com equipamentos adequados Construção e implantação de brinquedoteca nos Centros de Educação Infantil Aquisição, instalação, implantação e manutenção de recursos destinados à Brinquedoteca Distribuição de materiais e serviços Parcerias Público/Privada - Convênios - captação de recursos para projetos Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos para a educação infantil Construção e ampliação de unidades escolares de Educação Infantil - Bairrinho Jardim Jacarandá	R\$ 120.000,00	R\$ 80.000,00
	Reforma, ampliação e implantação das Unidades Escolares de Educação Infantil para atendimento à demanda - Todas as Unidades Adaptação das unidades de Educação Infantil aos padrões legais de acessibilidade - Todas as Unidades	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00

METAS	QUANT	VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS	
		2014	2014
METAS	Indicador	2.200.000,00	2.200.000,00
	Indicador	2.200.000,00	2.200.000,00



*Vegetación de las Islas y Proyectos de Conservación por Órgano de Gobierno*

MUNICÍPIO DE		INICIAL	ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO	INCLUSÃO
FUNÇÃO 13 - Cultura					
UNIDADE RESPONSÁVEL:					
CULTURA 381 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico 382 - Difusão Cultural					
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL:					
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO - CULTURA					
08 03 - DEPARTAMENTO DE CULTURA					
DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO MUNICÍPIO - Prestação de serviços de políticas de desenvolvimento cultural					
Desenvolver políticas públicas de promoção ao desenvolvimento cultural do Município, aquisição de bens, produtos e serviços					
PROMOVENDO: Resgatar Banda Municipal;					
Cultura;					
Culturais;					
Realizar 1º Festival de Artes e Artesanatos do Litoral do Paraná;					
estaduais, federal sobre cultura e desenvolvimento					
captação de recursos para projetos					
aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos para divulgação e promoção cultural					
Comissões, audiências e subcomissões com instituições sem fins lucrativos					
Construção e implantação Centro Caxias (Complexo de Cultura e História Local) contrapartida - R\$ 25.000,00 -					
PROJETOS					
Manutenção Programa Satisfação Investimentos					
Citar Dia Municipal de					
Realizar Conferências e Festividades					
Apoiar a Instituições,					
Participar de eventos regionais,					
Parcerias Público-Privada - Condições -					
Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais -					
VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS					
METAS		QUANT	INDICADOR	2014	
população social				18.380,00	
VALOR GLOBAL PROJETOS					
METAS		QUANT	INDICADOR	2014	
população social				25.000,00	

Programas/atividades e Projetos/Investimentos por Órgão do Governo					
X		R		I	
MUNICÍPIO DE		ALTERNATIVA		EXCLUSÃO	
FUNÇÃO 14 - Defesa da Cidadania 04 - Administração		PORTAL DO PARANA		INCLUSÃO	
DE - Segurança Pública		CIDADANIA - 122 - Administração Geral 421 - Custódia e Remigração Social 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Oficiais 423 - Assistência aos Povos Indígenas 181 - Postamento			
ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL		15. SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL		15.01 - DIRETORIA GERAL			
OBJETIVOS		DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PARA GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS E DO CIDADÃO			
MANUTENÇÃO PROGRAMAS/ATIVIDADES/INVESTIMENTOS		<p>DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, INDIVIDUAIS E COLETIVOS, DAS POLÍTICAS CONTRA A VIOLENCIA DE GÊNERO E APOIO AS PESSOAS, aquisição de bens, produtos e serviços.</p> <p>Implementação de Projetos e políticas públicas voltadas ao atendimento de minorias</p> <p>Fomento à formação de grupos comunitários de atendimento às pessoas com direitos negligenciados</p> <p>Implementação/intermediação da Defensoria Pública Municipal</p> <p>Premiação Mulheres que fazem a diferença</p> <p>Manter Atividades de Defensoria Pública e Implantar Ouvidoria</p> <p>Implementação do Projeto Conservando Direitos Humanos com a Comunidade</p> <p>ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DE RUA:</p> <p>FAMÍLIA, APOIO E PROTEÇÃO:</p> <p>Família implantação de projetos de atendimento a pessoa indígena</p> <p>Cadastramento das famílias da área indígena do Município</p> <p>Centro de produção e aquisição de artesanato indígena</p> <p>Verificação e melhoria da qualificação educacional e cultural das famílias da área indígena do Município</p> <p>Executar ações da Guarda Municipal em apoio ao Município e ao Cidadão (Cursos, treinamentos, implantação (bens, produtos e serviços) regulamentação)</p> <p>Criação e implantação PROCON Municipal (Prestação Pública/Privada - Condições - separação de recursos para projetos)</p> <p>Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais, concursos, cursos, aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos para a defesa dos direitos e cidadania</p>			
PROJETOS		Aquisição de veículos - R\$ 30.000,00 (32 unidades)			
MÉDIA		VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS			
QUANT	população	2014			
indicador	social	524.872,00			
MÉDIA	população	2014			
QUANT	social	100.000,00			

Programas/Atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo				
5	INICIAL	ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO	INCLUSÃO
MUNICÍPIO DE		PONTAL DO PARANÁ		
FUNÇÃO 18 - Habitação 04 - Administração		HABITAÇÃO E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS 122 - Administração Geral 481 - Habitação Rural 482 - Habitação Urbana		
ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL		SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS		
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL		11.01 - DIRETORIA GERAL		
OBJETIVOS		DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO E DIMINUIÇÃO DO DEFICIT HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL E REGULAMENTAÇÕES FUNDIÁRIAS - Prestação de serviços e políticas de fomento e diminuição do déficit habitacional urbano e rural e regulamentação fundiária		
MANUTENÇÃO PROGRAMA S/A TIVIDADE/INVESTIMENTOS		Elaboração Plano de Regulamentação Fundiária (Plano Legal) Elaboração Plano Municipal de Habitação (Súmula em casa) Desenvolvimento de políticas públicas de diminuição do déficit habitacional (por setor e gênero) - Aquisição de bens, produtos e serviços Desenvolvimento de políticas públicas de regulamentação fundiária - contratação e aquisição de bens, produtos e serviços Inventário das áreas públicas - situação existente - ocupação e disponibilidade - Inventário de loteamentos irregulares inventários de áreas acasaliadas e ruas ocupadas - intervenções jurídicas, urbanísticas, sociocomunitárias para regularização de áreas públicas, loteamentos irregulares, de áreas acasaliadas e ocupação de ruas. Criar cadastro único de mutações e diagnóstico de déficit habitacional Criar cadastro único de mutações e diagnóstico de déficit habitacional Municipal Habitação Procedimento judicial, administrativos para o registro das regularizações em Cartório de Registro Pessoas Jurídicas/Privadas - Comissão - captação de recursos para projetos Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos para a promoção de habitação e regulamentação fundiária Construção de unidades habitacionais de interesse social nos bairros Santa Mônica, Caneas e Pontal do Sul		
PROJETOS		Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos para a promoção de habitação e regulamentação fundiária Construção de unidades habitacionais de interesse social nos bairros Santa Mônica, Caneas e Pontal do Sul	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS				R\$ 20.000,00
VALOR GLOBAL PROJETOS				R\$ 20.000,00
VALOR GLOBAL				R\$ 40.000,00



Programas/atividades e Projetos/Investimentos por Órgão do Governo					
X	MUNICÍPIO DE	BRICAL	ALTERAÇÃO PONTAL DO PAMPA	EXC. USUO	INCLUSÃO
FUNÇÃO 18 - Gestão Ambiental					
MIO AMBIENTE 141 - Preservação e Conservação Ambiental					
142 - Controle Ambiental					
143 - Recuperação de Áreas Degradadas					
ORÇAMENTO RESPONSÁVEL					
13.311 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE					
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL					
13.012 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE					
OBJETIVO					
DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS SOB A COORDENAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					
Desenvolvimento de políticas públicas para proteção ao meio ambiente - gerenciar e formular pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente - aquisição de terra, produtos e serviços - Pensar e com instituições públicas e privadas. Parcerias Público-Privadas - Captação de recursos para projetos - Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos ao meio ambiente, aos recursos naturais.					
Construção e implantação de Usina de Reciclagem de Lixo - R\$ 90.000,00 - Jacarandá					
PROGRAMAS/ATIVIDADES					
PROJETOS INVESTIMENTOS					
METAS	VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS				
QUANT	2014				
Indicador	R\$ 000.00				
METAS	VALOR GLOBAL PROJETOS				
QUANT	2014				
Indicador	R\$ 000.00				

Programas/atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo					
X	BRASIL	ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO	INCLUSÃO	
MUNICÍPIO DE		PONTAL DO PARANÁ			
FUNÇÃO 22 - Indústria, 23 - Comércio e Serviços					
UNIDADE RESPONSÁVEL					
INDÚSTRIA E COMÉRCIO 881 - Promoção Comercial 892 - Comercialização 893 - Comércio Exterior 894 - Serviços Financeiros 895 - Turismo					
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO					
09 03 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO					
DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO DE FOMENTO E INICIATIVA ECONÔMICA - Prestação de serviços e políticas de desenvolvimento econômico sustentável para o Comércio e Indústria Local					
Realização de cursos de capacitação;					
Realizar Campanha de Incentivo à compra no comércio local;					
Criar e implantar Conselho Municipal de Desenvolvimento da Indústria e Comércio					
Ofertar cursos de capacitação em parceria SEBRAE, FIEP, SENAI, SENAC					
Parcerias Público/Privada - Condições - captação de recursos para projetos					
Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos de fomento, fomento, fomento e promoção a indústria e comércio					
Condições, auxílios e subvenções com instituições sem fins lucrativos					
Criar e implantar Centro de Capacitação do Sistema S - R\$ 17.000,00 - Bairro Pôrto do Sol					
PROJETOS					
MANUTENÇÃO PROGRAMAS/ATIVIDADES/INVESTIMENTOS					
Criação premiação para Setor Industrial e Comercial Apoio à realização de eventos					
Captação de Eventos					
VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO/INVESTIMENTOS					
METAS					
QUANT					
Indicador					
METAS					
QUANT					
Indicador					
VALOR GLOBAL PROJETOS					
2014					
17.000,00					

Programas/atividades e Projetos/Investimentos por Órgão do Governo

A. MUNICÍPIO DE	INICIAL	ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO	RECLUSÃO
		PORTAL DO PARANÁ		
FUNÇÃO 27 – Comércio e Serviços				
ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL		Turismo - RDS - Turismo		
CODIGO DA LINHA DE RESPONSABILIDADE		39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO - TURISMO		
		09 02 - DEPARTAMENTO DE TURISMO		

OBJETIVOS	DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ATRAVÉS DO TURISMO SUSTENTÁVEL - FISSAGEM DE SERVIÇOS E POLÍTICAS DE MUDANÇA NA LUTA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO	VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS
MANUTENÇÃO PROGRAMADA/INVESTIMENTOS	<p>Realizar constantemente pesquisas de satisfação turística local/regional;</p> <p>Atualizar o inventário da oferta turística municipal, que já encontra-se no site do MTUR;</p> <p>Estabelecer um Plano de Marketing para o Município;</p> <p>Promover o produto típico de Ponta da Paraná, a Camêre;</p> <p>Implantação do Centro de Comercialização do Guaraqueçaba;</p> <p>Estudos e projetos para revitalização (intervenção TCs União estado) e execução de;</p> <p>Projeto Construção Portal de Entrada do Município;</p> <p>Projeto Revitalização PI 412 - Caminho das Ilhas;</p> <p>Realizar Conselho Municipal do Turismo;</p> <p>Desenvolvimento de políticas públicas e programas de turismo sustentável, aquisição de bens, produtos e serviços Promover: Poções de informações Turísticas, Sinalização turística, Turismo Rural Cultura Pereira, Pesca Sustentável do Rio das Quatraguás;</p> <p>Pesquisas de demanda turística dos eventos locais, planejar eventos turísticos, participar de feiras, exposições e demais eventos de divulgação do turismo de Ponta da Paraná, Sinalizar praças e estradas turísticas, Fomentar parcerias com Sistema Nacional de Aprendizagem (Sistema S) para capacitação no turismo, Fomentar Rotas Turísticas Históricas/Culturais (resgate histórico local);</p> <p>Promoção de Prêmios Típicos, Revitalização Terminal de Estaque (Ria do Mel)</p> <p>Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos para desenvolvimento e promoção do turismo -</p> <p>Comissões, avaliações e subvenções com instituições sem fins lucrativos</p>	<p>R\$ 30.000,00</p> <p>R\$ 15.000,00</p>
PROJETOS	<p>Construir e implantar o Portal Turístico do Guaraqueçaba</p> <p>Constituição Mapeamento Sítio Arqueológico Santiago com Praça de Visitação -</p>	<p>Guaraqueçaba (contrapartida) Fomento Santiago (contrapartida)</p>
METAS		
QUANT	1	2014
Indicador	Desenvolvimento	100.000,00
METAS		
QUANT	1	2014
Indicador	Desenvolvimento	45.000,00









# O MUNICÍPIO

Órgão Oficial do Município de Pontal do Paraná

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Administração - Ano XIII - nº 397 - Pontal do Paraná

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

**LEI Nº 1307, DE 10 DE JULHO DE 2013.**

SÚMULA: "Altera a destinação da área destinada a Praça, para Assentamento Urbano de interesse social - Balneário Las Vegas"

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica alterada a destinação da área destinada a Praça, para Assentamento Urbano. A referida área tem as seguintes coordenadas:

- Área destinada a Praça, composta pela Quadra nº 11 (onze), da planta BALNEÁRIO LAS VEGAS, situado no Município de Pontal do Paraná e Comarca de Matinhos-PR, medindo 48,90 metros de frente para a Rua "D", por 115,50 metros de extensão da frente aos fundos em ambos os lados, confrontando pelo lado direito de quem da rua olha o imóvel, com a Rua Maria de Lourdes Kossatz, pelo lado esquerdo confronta com a Rua Romário Martins, e na linha de fundos onde mede 48,90 metros confronta com a Rua "E", perfazendo uma área total de 5.647,95 m².

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 10 de julho de 2013.

EDGAR ROSSI

Prefeito

CRISTIAN LUIZ MORAES

Procurador Geral

**LEI Nº 1308, DE 10 DE JULHO DE 2013.**

SÚMULA: "Institui o atendimento reservado para clientes das agências bancárias e postos de atendimento do Município de Pontal do Paraná."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º As agências e Postos de Atendimento dos estabelecimentos bancários do Município de Pontal do Paraná ficam obrigados a proporcionar atendimento reservado a seus clientes e usuários, nos caixas em há movimentação de dinheiro.

§ 1º - O local destinado aos clientes ou usuários que ficam aguardando atendimento deve ser visualmente isolado dos caixas de atendimento mencionados neste Artigo.

§ 2º - Não se enquadrará nas exigências do caput deste Artigo os caixas eletrônicos ou onde houver auto - atendimento por parte dos clientes.

Art. 2º - As instituições bancárias deverão adaptar as suas Agências e Postos de Atendimento no prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da publicação desta Lei.

Art. 3º - O descumprimento do disposto no Art. 2º implicará em sanções aplicadas pelo Município, da seguinte forma:

I - em multa diária no valor de 03 (três) UFM's;

II - havendo reincidência, multa em dobro até o limite de 500 (quinhentas) UFM's;

III - após atingido o limite acima referido, a Agência Bancária ou Posto de Atendimento sofrerá a cassação do alvará de funcionamento.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Paraná, 10 de julho de 2013.

EDGAR ROSSI

Prefeito

CRISTIAN LUIZ MORAES

Procurador Geral

**LEI Nº 1309, DE 10 DE JULHO DE 2013.**

SÚMULA: "Altera seu Anexo II - Lei de Provisões"

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica alterada a Lei nº 1307/2013 (Lei de Provisões) com a seguinte redação:

a) FUNÇÃO 02 - PROCURADOR GERAL

b) FUNÇÃO 08 - ASSISTENTE SOCIAL

c) FUNÇÃO 08 - DIRETOR DE CRÉDITO

d) FUNÇÃO 08 - DIRETOR DE CRÉDITO

e) FUNÇÃO 08 - DIRETOR DE CRÉDITO

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**ANEXO DA LEI Nº 1309, DE 10 DE JULHO DE 2013.**

Programas/atividades e Projetos/Investimentos por Órgão de Governo

MUNICÍPIO DE		INICIAL	X	ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO
FUNÇÃO: 02 Judiciária 03 Essencial e Justiça				001 - Defesa do Crime	
ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL				01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL				01.01 - PROCURADORIA GERAL	
OBJETIVOS				DEFESA DOS INTERESSES DO MUNICÍPIO - Prestação de serviços e políticas de defesa do Município na esfera administrativa de controle	
MANUTENÇÃO PROGRAMAS/ATIVIDADES/INVESTIMENTOS				Parcerias Jurídicas e manifestações Formulação e revisão da legislação Municipal Cumprimento de obrigações das Sanções, pagamento de precatórios e determinações judiciais Manter e expandir o acervo da biblioteca jurídica Promover Capacitação dos servidores Manter e ampliar quadro de servidores e estagiários Manutenção e desenvolvimento de atividades e políticas públicas, aquisição de produtos e serviços Manifestação, representação e defesa dos interesses do Município em todos os órgãos e esferas de Administração Pública e esfera do setor privado Defesa dos interesses do Município frente ao Poder Judiciário Representar o Município nos órgãos de Controle Representar o Município nas Agências de ordem judicial Execução Fiscal das D.A. registradas pela SPM Parcerias Pública/Privada - Convênios - captação de recursos para projetos Manutenção dos serviços públicos administrativos, operacionais e gerenciais - aquisição de bens, produtos e serviços necessários ao bom andamento dos serviços públicos de defesa dos interesses do Município Convênios, auxílios e subvenções com instituições sem fins lucrativos	
PROJETOS					
VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO INVESTIMENTOS				2013	1.000.000,00
VALOR GLOBAL PROJETOS				2013	1.000.000,00